



Índice

- 01** BA - Comissão definirá situação da comunidade quilombola Rio dos Macacos
- 02** Cardozo defende mediação para solução de conflito entre fazendeiros e índios na Bahia
- 03** Funai pede para PF investigar suspeita de ameaças a índios no Vale
- 04** MPF/AM se reúne com comunidades quilombolas em Barreirinha
- 05** Decisão do STF é positiva ao negar efeito vinculante em outros litígios em terras indígenas, diz Padre Ton
- 06** Zelic: AGU quer tratorar decisão sobre demarcação de terras
- 07** Índios recebem ameaças e são alvo de tiros no extremo sul de SP
- 08** Indígenas mobilizarão o País por demarcação de terras
- 09** Destruição de cemitério indígena em Dourados é investigada pelo MPF
- 10** Coordenador de Políticas Esportivas Indígenas faz visita à UFMT
- 11** AGU recebe indígenas para discutir demarcações
- 12** História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pode virar disciplina em RP
- 13** Indígenas invadem mais duas propriedades em Japorã
- 14** Programa Vale Universidade Indígena divulga período de inscrição para 2014
- 15** Incra reconhece território mineiro como comunidade quilombola



- 16** Município comemora certificação quilombola neste sábado
- 17** Procuradoria de Joaçaba vai intermediar reassentamento dos quilombolas em Campos Novos
- 18** Índios da Amazônia começam a sofrer com doenças urbanas
- 19** Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado
- 20** Indígenas dialogam com Wagner e ministro
- 21** Opinião de primeira: O que há de novo para melhorar a vida dos índios?
- 22** Índios Guarani retomam invasões no Mato Grosso do Sul
- 23** Enem aborda temas racial e indígena, dizem estudantes
- 24** Questão indígena: A bússola da paz (sobre a decisão do STF na Raposa Serra do Sol), por KATIA ABREU
- 25** Alunos ribeirinhos exercem cidadania através de canoagem
- 26** Quilombolas vão à Justiça para não pagar ITR
- 27** Índios invadem outra fazenda e agredem crianças
- 28** Funai apura ocupação indígena em fazendas de Japorã, MS
- 29** Direitos são garantidos para povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol
- 30** Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar
- 31** Acrissul discutirá sobre invasões indígenas
- 32** Terras indígenas da Amazônia são alvos de pesquisas sobre terras raras
- 33** Indígenas, quilombolas e organizações denunciam violações aos direitos humanos



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

em Nova York, Estados Unidos

- 34** Com unidades portáteis, dentistas não param no Amazonas
- 35** Vítimas da chuva em área quilombola de Petrópolis, RJ, ganham novo lar
- 36** Decreto reconhece e delimita comunidades quilombolas em Minas e Goiás
- 37** A atualidade das Comunidades Tradicionais Costeiras do Ceará: breves notas



BA - Comissão definirá situação da comunidade quilombola Rio dos Macacos SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 24.10.2013



Uma comissão formada por representantes da comunidade quilombola Rio dos Macacos, Sepromi e órgãos federais irá se reunir, na próxima semana, em Brasília, para definir urgentemente ações de cidadania, melhoria de vida e finalizar os violentos conflitos que os quilombolas sofrem em seu território, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A decisão foi tomada em audiência pública, na quarta-feira (23), na sede do Ministério Público Federal (MPF), para discutir o impasse no qual está inserido o Rio dos Macacos, cujo território foi invadido pela Marinha, que teve parecer favorável da Justiça em 2012.

Na audiência, o governo federal, através do diretor de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Fernando Matos, apresentou uma antiga proposta aos quilombolas, que foi rejeitada de prontidão. Na proposta, a União oferece 29 hectares do território em Simões Filho - 21 hectares no território onde atualmente estão e 7 hectares em território no lado oposto da BA 526. No entanto, o laudo antropológico realizado pelo Incra em 2012 apontou que todos os 800 hectares onde está instalada a Base Naval de Aratu há cerca de 40 anos já era ocupada por quilombolas há mais de 200 anos.

No Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), também realizado pelo Incra, ficou acertado 301 hectares para a comunidade Rio dos Macacos, o que foi rejeitado pela Marinha sem nenhuma contestação. Os quilombolas, reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) querem a garantia da publicação do RTID no Diário Oficial da União

CONT.



(DOU) - procedimento padrão, mas que não ocorreu por motivos considerados escusos pelos quilombolas e defensores da causa - além da suspensão dos processos judiciais e a titulação definitiva do território.

Com a recusa da proposta, representantes do governo federal e da Sepromi acertaram com a comunidade a formação da comissão para findar, com urgência, os violentos conflitos ocorridos dentro do território, levar saneamento, energia, saúde e escola aos quilombolas, enquanto os quilombolas, com informações em mãos, constroem uma nova proposta para apresentar à União.

Para Rosemeire dos Santos, líder quilombola do Rio dos Macacos, a Marinha está sendo autoritária e está agindo de forma truculenta e violenta para espantar os quilombolas e fazê-los desistirem de permanecer em suas terras. Durante a audiência, os moradores relataram dezenas de casos de violência sofrida diariamente, ameaças, intimidações e perseguições. "Ainda são os capitães do mato. Mas nós vamos resistir", declarou.

A audiência durou cerca de seis horas, sendo mediada pela subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Debora Duprat. Estiveram na mesa o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio; O chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antônio Thomaz Lessa; o diretor de ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano; o diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal da Advocacia Geral da União (AGU); Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União em Salvador; secretária de Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) além de representantes da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da PR.

O comandante da Base Naval de Aratu, Edgar Luiz Siqueira Barbosa, esteve na mesa, mas se retirou logo no início da audiência, no momento em que quilombolas colocaram um caixão de papelão em sua frente. Ofendido, ele se retirou sem proferir uma palavra.

Para o secretário Elias Sampaio, autor da sugestão para a definição de uma comissão para mitigar com urgência os graves problemas sociais e de miséria pelos quais passam os quilombolas do Rio dos Macacos, defendeu a comunidade e disse que a ignorância é o principal causador desse impasse. "Se fosse de conhecimento da importância das comunidades quilombolas para o Brasil e da necessidade de pagar as dívidas da sociedade com o povo negro, esse problema não existiria. Há uma ignorância de quem está julgando a ação. Sugiro que os órgãos federais dialoguem e construam propostas conjuntamente. Este consenso pode ser um exemplo de implantação do modelo de intervenção pública no Brasil. Sugiro que as comunidades apresentem propostas baseadas em informações. A não resolução desse impasse demanda da falta de entendimento", discursou.



Cardozo defende mediação para solução de conflito entre fazendeiros e índios na Bahia

SÍTIO PORTAL EBC, 25.10.2013

Brasília - O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a mediação como melhor forma para resolver os conflitos entre fazendeiros e índios no interior da Bahia. Cardozo se reuniu hoje (25) com o governador da Bahia, Jaques Wagner e com representantes dos fazendeiros e índios tupinambás no sul da Bahia. Os índios e fazendeiros buscam uma solução para a disputa de uma área de 47 mil hectares.

No início de setembro, policiais da Força Nacional foram enviados para a região com a missão de tentar evitar confrontos entre os índios e produtores e garantir a segurança da população. Duas semanas após a chegada da Força Nacional, um trabalhador rural foi baleado e um índio morto a tiros. Durante a reunião, o ministro garantiu, tanto a produtores rurais como a lideranças indígenas, que os governos federal e do estado estão elaborando um plano de segurança para a região. Ele ressaltou que, para que as propostas avancem, "o melhor caminho é a mediação".

"Estamos planejando a melhor maneira de darmos segurança para a região, estamos colocando claramente nas reuniões que no conflito nada se resolve, na violência nada se soluciona. Nós temos que caminhar para a mediação, onde nós vamos buscar garantir os direitos das pessoas envolvidas dentro de uma situação de ordem e de tranquilidade", disse.

O ministro José Eduardo Cardozo declarou ainda que a questão será analisada com total imparcialidade e que um plano de segurança está sendo elaborado de forma conjunta entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, a Força Nacional de Segurança e Secretaria da Segurança Pública da Bahia. "Estamos planejando a melhor maneira de garantir a segurança na região, e nas reuniões estamos colocando claramente que no conflito nada se resolve e, por meio da mediação, vamos garantir os direitos das pessoas dentro de uma situação de ordem e tranquilidade", ressaltou.

Os produtores rurais asseguraram que são os legítimos donos das terras reivindicadas pelos índios tupinambás. Já os índios classificam as ocupações como "retomada do território sagrado". Eles cobram do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

A área de 47.376 hectares (1 hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) foi delimitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2009. Desde a delimitação, os tupinambás cobram que o Ministério da Justiça emita a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena.

Edição: Aécio Amado

Funai pede para PF investigar suspeita de ameaças a índios no Vale

SÍTIO G1, 25.10.2013

Há quatro dias, indígenas fecham rodovia reivindicando terras tradicionais. Na quarta, grupo desocupou áreas que haviam sido invadidas em protesto.



Por Janara Nicoletti
Do G1 SC

A Coordenadoria do Litoral Sul da Fundação Nacional do Índio (Funai) solicitou ao delegado da Polícia Federal de Joinville que sejam investigadas suspeitas de ameaças aos índios xokleng da reserva Duque de Caxias, localizada em Santa Catarina. Nesta sexta-feira (25), completa quatro dias que os índios fecharam a SC-477 em protesto contra a demora no julgamento do processo de devolução de 23 mil hectares de área que são reivindicadas pelo grupo.

Quarta-feira (23), eles desocuparam o terreno de uma madeireira, em Itaiópolis, e a sede da Reserva Biológica do Sassafrás, em Doutor Pedrinho, onde invadiram por cerca de uma semana. A área foi deixada na quarta-feira (23), após um pedido de reintegração de posse ter sido entregue ao cacique da Aldeia do Bugio. Porém, o bloqueio da rodovia foi mantido. Segundo a Funai, não há previsão de quando os indígenas desbloquearão a rodovia estadual.

De acordo com o coordenador da instituição, João Maurício Farias, por causa destas ações, a população indígena vem sendo ameaçada por pessoas que vivem na região. "Não sabemos se são funcionários da empresa que tinha sido ocupada ou agricultores, mas recebemos reclamações de tiros disparados em direção aos índios e, hoje [sexta] pela manhã, três

CONT.



homens encapuzados e armados saíram de um carro em frente à barreira e ameaçaram os índios que estavam ali acampados”, explica Farias.

Conforme o coordenador da Funai, a placa do veículo foi anotada e o caso encaminhado à Polícia Federal. O delegado responsável por investigar as denúncias afirmou que só irá se pronunciar após decisão judicial.

Entenda o caso

A Reserva Indígena Duque de Caxias possui hoje 14 mil hectares de área e compreende os municípios de José Boiteux , Vitor Meireles, Itaiópolis, Doutor Pedrinho e Rio Negrinho . Cerca de 2,4 mil pessoas vivem no local.

Um estudo antropológico realizado pela Funai em 2003 indica que os 23 mil hectares reivindicados pelos índios compreendem uma área tradicional da comunidade xokleng e deveriam ser somados à área já pertencente à Reserva Duque de Caxias. Empresários e agricultores que compraram terrenos na região questionam o estudo, enquanto a Funai reivindica a área que é ocupada por agricultores e empresas.

“A população xokleng passou por um processo histórico de perda do território original e o estudo da Funai provou que esta área pertence originalmente à esta população. Pouco a pouco, eles foram sendo empurrados para o fundo do Vale”, argumenta Farias. O caso já motivou outros conflitos na área e se arrasta há vários anos. Atualmente, o caso está em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

MPF/AM se reúne com comunidades quilombolas em Barreirinha

SÍTIO PR/AM, 25.10.2013

Objetivo do encontro foi obter subsídios para o reconhecimento formal dos quilombos existentes na região



Reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombo e delimitação de suas terras. Estas foram as principais reivindicações apresentadas pelas comunidades Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro, Trindade e Ituquara, localizadas no rio Andirá, no município de Barreirinha (distante 331 quilômetros de Manaus), ao Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), após visita realizada à região pelo procurador da República Julio José Araujo Junior na quinta-feira (24).

Em reunião na comunidade Santa Tereza do

Matupiri, a presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, Maria Amélia dos Santos Castro, ressaltou a importância da luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombola junto à Fundação Palmares, entidade responsável pela certificação, e relatou que fazendeiros vêm provocando limitação da área da comunidade. Segundo ela, devido a essas limitações, algumas comunidades têm sofrido dificuldades para exercer a atividade de roçado.

O representante da comunidade Boa Fé, João Jorge de Castro Rodrigues, pediu o apoio do MPF na delimitação das terras, evitando as titulações fraudulentas. Para Sebastião Douglas, da comunidade Santa Tereza do Matupiri, sem roça a comunidade não sobrevive, pois é sua atividade essencial, de onde extraem os alimentos para subsistência e produção de recursos.

Durante a conversa, o procurador da República Julio Araujo descreveu o caminho a ser percorrido para o reconhecimento formal das comunidades quilombolas e destacou que o papel do MPF será o de exigir dos órgãos competentes – Fundação Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – que desempenhem o seu papel e verifiquem com celeridade o preenchimento dos requisitos previstos na legislação que trata do tema.



Decisão do STF é positiva ao negar efeito vinculante em outros litígios em terras indígenas, diz Padre Ton

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 25.10.2013

O deputado entende que a decisão foi uma vitória das comunidades indígenas de todo o país.

Ao julgar os sete embargos declaratórios apresentados ao julgamento de 2009 que decidiu pela manutenção da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a validade das 19 condicionantes adotadas no processo à época, esclarecendo, entretanto, que a posição não se estenderá a outros litígios que envolvam terras indígenas.

“Vejo de forma positiva o resultado do julgamento dos embargos declaratórios. A Corte agiu com muita sensatez, à luz da Constituição, e ao considerar que não há efeito vinculante entre as condicionantes mantidas e outros conflitos de demarcação no Brasil revela sintonia com um país multifacetado, com realidades distintas, heterogêneo, e portanto cada caso deve merecer avaliação específica”, diz o presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado federal Padre Ton (PT-RO).

O deputado entende que a decisão foi uma vitória das comunidades indígenas de todo o país porque o governo federal não poderá mais adotar critérios uniformes na questão da demarcação de terras indígenas, conforme estabeleceu a Portaria 303, editada em julho de 2012 e suspensa pela pressão e mobilização dos indígenas.

“A Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas já pediu a revogação dessa portaria, e agora não resta alternativa ao Poder Executivo senão revogá-la. A decisão do Supremo reconhece o direito originário dos povos em relação à terra tradicional, e por isso manter um ato administrativo contrário aos preceitos constitucionais será uma afronta ao STF”, diz Padre Ton.

Relator da Petição 3388, que tratou dos embargos, o ministro Roberto Barroso discordou da posição do Ministério Público Federal de que a decisão da Corte teria dado primazia aos interesses da União em detrimento dos indígenas. Segundo divulgação feita no portal do STF, não teria havido a alegada primazia a quem quer que seja.

“O STF apenas definiu como deveriam ser conciliadas as forças antagônicas presentes no litígio. De acordo com o ministro, não existe direito absoluto: os direitos dos índios são tão importantes quanto o direito à proteção ambiental ou à defesa nacional”, destaca texto na página do Supremo.

Sobre o efeito vinculante, o ministro teria ressaltado que embora esteja ausente a vinculação de condições adotadas para a TI Raposa Serra do Sol o fato não impede que a jurisprudência

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

construída pelo STF, estabelecendo diretrizes, possa ser seguida pelas demais instâncias. Isso porque a decisão ostenta, segundo Roberto Barroso, “a força intelectual e persuasiva da mais alta Corte do país”.

Zelic: AGU quer tratorar decisão sobre demarcação de terras

SÍTIO VIOMUNDO, 25.10.2013



Ministro Luís Adams, Advogado-geral da União, já estica a corda: Fotomontagem de Marcelo Zelic por Marcelo Zelic, especial para o Viomundo

Nem bem assentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luís Adams, Advogado-Geral da União já retomou a ofensiva para implementar a portaria 303 daAGU, tal qual deseja a bancada ruralista. Ele sequer deu tempo para que a sociedade e o Estado brasileiro reflitam em seus outros poderes o decidido pelo STF na demarcação da Raposa Serra do Sol e suas implicações para os direitos humanos no Brasil.

O STF definiu pela não vinculação das 19 condicionantes deste caso a outros processos de demarcação de terras indígenas. Afinal, são 241 povos existentes no Brasil, cada qual com suas situações específicas, não só cultural, mas também territorial, pois viveram em épocas diversas e de distintas formas os processos de violência e esbulho de suas terras, sendo este um processo permanente no Brasil.

Ao reconhecer a diversidade e individualidade destes povos, a Justiça brasileira se expressou a favor de um conceito plural de evolução em sociedade, reafirmando por ampla maioria, que apesar de atípica, a decisão levou em conta também o dever, enquanto nação, de nos relacionarmos povo a povo para construir um ambiente de respeito às garantias constitucionais dos indígenas brasileiros e a demarcação de suas terras.

Os pataxó na Bahia, por exemplo, tiveram duas aldeias inteiras exterminadas com a inoculação
CONT.



proposital do vírus da varíola, fato denunciado no Relatório Figueiredo de 1968. Em 1988, as terras eram fazendas, cuja origem violenta nunca foi apurada, apesar das denúncias publicadas em jornais da época apontarem políticos de grandes patentes como beneficiários do ocorrido, onde até chegou-se a falar em genocídio.

O mesmo Estado brasileiro que realiza a Comissão Nacional da Verdade e as caravanas da Anistia não deveria tratar a questão indígena de forma a educar a sociedade, deixando-a mais aberta e receptiva aos direitos indígenas? Sendo todos iguais perante à lei não é correto reconhecer o igual direito à reparação dos pataxó por terem sofrido violência praticada pelo Estado para a tomada de suas terras?

Além da questão do direito originário às terras do povo pataxó, é somado o dever de reparação por parte do estado, o que demonstra o acerto do voto do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, que aponta como o caminho de efetivação da justiça o cuidar de cada caso sem pasteurizar cada situação como defende o ministro da AGU na portaria 303.

O ministro Luís Adams, em matéria publicada no G1, expressa a posição do Governo Dilma? Ou é uma posição pessoal, parcial e açodada? Diz ele:

"[A decisão] reforça a portaria da AGU. O que a portaria é, é uma orientação técnica do advogado- geral à área jurídica dizendo que, na interpretação da norma constitucional, na aplicação da norma constitucional, nós temos que observar as condicionantes. Então, em todos os casos que venham à análise do advogado-geral, ou do advogado público ou do procurador, ao atuar nos casos, eles têm que observar o precedente, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, é a regra geral. Nós fazemos isso em todos os casos", explicou Adams.

A portaria 303 da AGU já foi motivo de muito protesto por índios e não-índios. Muitos povos indígenas têm se manifestado nos últimos meses em Brasília, enquanto terras indígenas são retomadas em vários estados, buscando encerrar a demorada definição judicial de suas demarcações.



Se o Ministério da Justiça desmarcou uma reunião no Senado onde discutiria a questão das demarcações de terras indígenas, para aguardar a decisão do STF, por que o ministro Luís Adams estica a corda desta forma tão logo terminou o julgamento da Raposa Serra do Sol?

Fazendo coro ao ministro Adams contra os direitos indígenas, o senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) publicou em seu site que

"a chula desculpa para não comparecer ao à Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima."

CONT.



debate na Comissão de Agricultura do Senado seria aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito dos embargos declaratórios

E segue destilando ameaças ruralistas ao Governo:

Os produtores rurais assinalaram aguardar pela ação governamental apenas até o final de novembro. Decepcionado, repito, com a fuga do ministro da Justiça da audiência no Senado para discutir o impacto das demarcações de terras indígenas na agricultura brasileira, a minha esperança é a de que a Presidência da República, pelas posições que sempre acreditei da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro Gilberto Carvalho, puxe a orelha do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A não ser – o que não creio – que o governo deseje a contundência de um conflito fundiário entre brasileiros índios e não índios [grifos em negrito são meus].

Se houver coerência na palavra da ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil da Presidência da República, a portaria 303 da AGU não deverá ser reapresentada, uma vez que em 05/08/2013 em audiência no Congresso, ela afirmou que, apesar da ansiedade, adotaria as condicionantes conforme decidido no STF:

Todos aguardamos com ansiedade as decisões do Supremo Tribunal Federal, índios e não índios, mas todos os brasileiros com responsabilidades devidas em relação ao futuro do país. Foi esse entendimento que fez com que o governo, ao buscar alinhamento jurídico nas ações dos advogados nas questões indígenas, optasse por adotar as condicionantes depois e conforme a decisão do Supremo [grifos em negrito são meus].

O ministro Luís Roberto Barroso em seu voto, acompanhado pela maioria do STF, assentou: “a decisão proferida não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos relativos a terras indígenas diversas”. Assim cai a portaria 303 da AGU como procedimento padrão. É conforme esta decisão que deve se pautar a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência, afastando os ímpetos tratorísticos da Advocacia Geral da União.

A demarcação das terras e sua desintrusão, a recuperação das áreas degradadas, o respeito à consulta previa aos índios e às suas posições quanto ao desenvolvimento de projetos e mineração em suas reservas, o respeito à cultura e o manejo sustentável de suas terras, bem como a reparação das violências do passado (sendo alguns casos objeto de estudo na Comissão Nacional da Verdade), são atitudes que proporcionam e estimulam a sociedade a avançar na democratização do país, a respeitar os direitos indígenas.

O voto do ministro Barroso valoriza essas atitudes, que convergem para o fortalecimento da democracia, quando, por exemplo, esclarece que “não se pode confundir a mineração como atividade econômica com formas naturais praticadas nas quais a coleta se configura um modo de vida”.

Já o campo ruralista busca protelar as demarcações, para sobrepor o direito de propriedade aos direitos originários dos povos indígenas, apresentando cenários de conflito violento entre as partes, chantageando o governo através de prazos — final de novembro—, quando ocorrerá

CONT.



o esgotamento do limite da paciência ruralista, conforme dito pelo Senador Figueiró, tentando impor o medo e a desestabilização do Congresso por meio da obstrução da pauta, uma lógica de solução dos problemas inadequada a uma democracia e muito distante do que foi proferido no plenário do STF.

A solução do conflito é cumprir a Constituição, é expandi-la para a prática de suas leis na sociedade, de modo a educar os brasileiros e as brasileiras ao respeito à diferença. Assim, demarcar o quanto antes as terras indígenas é reafirmar direitos, é fortalecer direitos humanos e democracia, por isso é a forma de enfrentarmos de forma cidadã este problema.

Há um mês o Instituto Socioambiental (ISA) publicou artigo em que abre algumas gavetas do governo:

O governo federal mantém parados 21 processos de demarcação de Terras Indígenas (TI): 14 aguardam a assinatura de decreto de homologação pela presidenta Dilma Rousseff e outros sete a portaria declaratória do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. As áreas somam quase dois milhões de hectares.

PROCESSOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
(atualizado em 17.05/2013)

I) **EXPEDIÇÃO DE PORTARIA DECLARATÓRIA**

Terra Indígena	UF	Grupo	Superfície (ha)	Processo	Encaminhamento	Situação
BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL	BA	Pataxó	52.748	28870.02556/1982-86	19.07.2012	Em análise
IRAPUA	RS	Guarani	222	08620.000704/1995-87	04.04.2013	
KAWÁHIVA DO RIO PARDO	MT	Isolado	411.884	08620.001791/2003-51	26.04.2013	
TAUNAY-IPEGUE (*)	MS	Terena	33.900	28870.000289/1985-55	27.03.2013	
TUMBALALÁ	BA	Tumbalalá	44.978	08620.001332/2009-62	19.01.2012	
TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	BA	Tupinambá	47.376	08620.001523/2008-43	07.02.2012	
VOTOURO/KANDÓIA	RS	Kaingang	5.977	08620.000221/2003-43	19.03.2012	

II) **EXPEDIÇÃO DE DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO**

Terra Indígena	UF	Grupo	Superfície (ha)	Processo	Encaminhamento	Situação
ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU	PA	Arara	25.524,5931	08620.008845/2012-08	25.06.2012	Em análise
ARARA DO RIO AMÔNIA	AC	Arara	20.534,2205	08620.050892/2012-46	08.04.2013	
ARARY	AM	Mura	40.548,5720	08620.062432/2012-61	26.03.2013	
BANAWÁ (*)	AM	Banawá	192.659,2205	08620.001139/2011-46	04.07.2011	
CACHOEIRA SECA	PA	Arara	733,688	08620.050825/2012-21	09.10.2012	
CACIQUE FONTOURA	MT	Karajá	32,069	08620.001304/2010	26.08.2010	
MANOKI	MT	Irantxe	250.593,8293	08620.008856/2012-80	26.03.2013	
MORRO DOS CAVALOS	SC	Guarani Mbyá e Nandéva	1,997	08620.001922/2011-18	29.09.2011	
PEQUIZAL DO NARUVÓTU	MT	Naruvote	27.878,5029	08620.023116/2012-73	26.03.2013	
POTIGUARA DE MONTE-MOR	PB	Potiguara	7,487	08620.001163/2011-85	06.09.2011	
RIO DOS ÍNDIOS	RS	Kaingang	712	08620.0006/2006	15.04.2011	
SETEMÁ	AM	Mura	49.772,9558	08620.079603/2012-91	01.03.2013	
TABOCAL	AM	Mura	906	08620.002311/2009	29.11.2010	
TOLDO IMBU	SC	Kaingang	1,965	08620.001538/2011-15	12.09.2011	

(*) processos que retornaram em diligência e foram devolvidos ao MJ

(*) processos que retornaram em diligência e foram devolvidos ao MJ

Três destas áreas estão na Bahia, uma delas do povo Pataxó. Demarcá-las de forma simultânea — só falta o ato de assinatura das autoridades brasileiras— é promover

CONT.



mecanismos de não repetição, é educar a sociedade a não matar índio para tomar suas terras, que esta população tem direito igual de existir e usar a terra de forma diferente do que a que usamos como agricultura. E é, fundamentalmente, efetivar a reparação deste passado sombrio.

O governo tem a faca e o queijo para continuar a deslocar o eixo deste conflito para a legalidade. E, como mostra artigo publicado no Correio Brasiliense, recursos em caixa para essas demarcações existem. Se forem usados será um grande avanço para a superação destes conflitos:

Dos R\$ 89 milhões previstos no orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcação e regularização de terras indígenas no país este ano, menos de 10% saíram dos cofres até agora. Apenas R\$ 7,3 milhões foram efetivamente pagos, já considerando os restos a pagar (empenhos de anos anteriores quitados no atual exercício). Embora os recursos destinados a resolver problemas fundiários que envolvem essas comunidades tenham aumentado quase seis vezes este ano em relação a 2012 — quando o montante foi de apenas R\$ 16,9 milhões —, a lentidão na execução das ações se reflete na crise atual da política indigenista brasileira.

Reapresentar a portaria 303 da AGU, como quer o ministro Adams, ceder à bancada ruralista como “exige” o senador puxador de orelhas ou manter na gaveta a demarcação destas 21 terras, enfraquecerá mais ainda os direitos humanos no Brasil, que vive de vitórias efêmeras, como a proibição de uso de balas de borracha em manifestações públicas e despejos, que não durou um mês e meio nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e sequer a portaria da Secretaria de Direitos Humanos chegou a ser aplicada nos demais estados da federação. É preciso efetivar os direitos originários dos povos indígenas do Brasil e desligar o trator da portaria 303 da AGU.

A questão indígena, pela fragilidade histórica desta população em ter seus direitos reconhecidos em nossa sociedade, é a régua que mede a situação e os rumos do respeito aos direitos humanos no Brasil. Dependendo do caminho que o Governo decidir seguir, poderemos ter décadas de lutas e avanços colocados de lado.

Marcelo Zelic é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Coordenador do Projeto Armazém Memória.

Índios recebem ameaças e são alvo de tiros no extremo sul de SP

SÍTIO JORNAL GGN, 25.10.2013



Jornal GGN - Os integrantes da aldeia Tenondé-Porã, junto com os krukutus, estão sendo coagidos a abandonar o terreno onde montaram a ocupação Tekoa Eukalipo, no extremo sul de São Paulo.

De acordo com relatos dos índios pertencentes à etnia Guarani-Kaiowá, após a tomada da terra, feita no último dia 16, alguns dias depois foram disparados tiros contra o acampamento, provocando a destruição de barracas.

"Se ele estava fazendo isso para amedrontar a gente, se enganou, porque a gente vai continuar aqui", disse Fabio, líder Krukutu.

Veja o depoimento filmado pela Rede de Comunidades do Extremo Sul:
<http://vimeo.com/77558861>

Indígenas mobilizarão o País por demarcação de terras

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 25.10.2013



Mobilização nacional pela demarcação de terras foi a mais forte decisão do Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogitá Kagwahiwa, após três dias de debates em Humaitá, sudoeste amazonense, a 200 quilômetros de Porto Velho (RO) e a 675 km de Manaus (AM). Cerca de trezentos índios Tenharim, Parintintin, Mura, Jiahui, Munduruku, Gavião, Miranha, Arara, Zoró, Karitiana, Torá, Apurinã, Jupaú, Macuxi, Mura Piraha, e Sateré, entre os quais líderes e caciques, redigiram e enviaram documento à presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, apelando para a retomada de audiências públicas propostas na Comissão Nacional de Política Indígena.

Eles preveem seminários em todo o País para repetir o que fizeram em Humaitá esta semana: opinar. Também reafirmaram a luta pela aprovação da PEC 320/2013, no Congresso Nacional, criando quatro vagas para deputados federais indígenas, e pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento de processos que envolvem a garantia de territórios tradicionais. “A garantia da terra significa menos violência física, econômica e cultural”, assinalam.

Na Amazônia Ocidental Brasileira seriam retomadas as demarcações da Terra Indígena do Povo Mura do Itaparanã e Munduruku, e Mura do lago Capanã Grande, paralisadas desde a Constituição de 1988. Apoiando o fortalecimento da Funai, os indígenas acreditam que se esse enfrentaria invasores dos territórios Uru Eu Wau Wau, Suruí e Cinta Larga, em Rondônia; Mura e Munduruku, no Rio Marmelo (AM), e Capanã Grande (AM), todos ameaçados por atividades de grupos madeireiros, garimpeiros, grileiros e fazendeiros.

CONT.



O encontro repudiou o governo federal, seus ministérios, e também parlamentares da chamada Bancada Ruralista do Congresso Nacional. "Eles representam interesses de grandes grupos econômicos, contra os nossos direitos originários e fundamentais, principalmente os direitos sagrados à terra, territórios e bens naturais garantidos pela Constituição Federal de 1988", assinalam.

Criticaram as PECs 215/00,237/13, 038/99, PLs 1610/96 e 227/12, e "outras iniciativas legislativas nocivas", por entenderem que elas "legalizam a exploração e a destruição disfarçada de progresso" dos seus territórios, pondo em risco a integridade física e cultural das atuais e futuras gerações. Movimento Negro, Movimento Atingidos por Barragens, comunidades tradicionais, Via Campesina), organizações sociais, sindicatos e movimentos populares do Amazonas, Acre, Rondônia e Pará, apoiaram o encontro e suas decisões.

"Insegurança jurídica e perpetuação do genocídio"

O governo da presidente Dilma é conivente com essa ofensiva que busca mudar a Constituição Federal, "promovendo a desconstrução da legislação ambiental e indigenista", acusa o documento.

Segundo os indígenas, os ministros José Eduardo Cardozo (justiça), Luís Inácio Adams (Advocacia Geral da União) e Gleisy Hoffmann (Casa Civil), "articularam-se em compromissos com a presidente da Confederação Nacional de Agricultura, senadora Kátia Abreu". "Se não fosse assim, o governo Dilma já teria mobilizado a sua base aliada para impedir os ataques que sofremos no Congresso", ponderam.

O documento critica a Portaria 2498 e o Decreto 7957/2013, "porque destroem os territórios indígenas, por meio da expansão do agronegócio, das hidrelétricas e de tantos outros grandes empreendimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)".

Lamenta que a presidente Dilma Roussef, "a exemplo do antecessor", tenha paralisado a demarcação das terras indígenas, a criação de unidades de conservação, a titulação de quilombos e a efetivação da reforma agrária". Conforme analisam, isso origina "a mercantilização, insegurança jurídica e perpetuação do genocídio inaugurado pelos colonizadores há 513 anos".

Pede o respeito do Estado Brasileiro, notadamente do STF, no sentido da valorização de direitos, diversidade e pluralidade da sociedade brasileira. "Vamos resistir, inclusive arriscando as nossas vidas, contra quaisquer ameaças, medidas e planos que violam os nossos direitos e buscam nos extinguir, por meio da invasão, destruição e ocupação dos nossos territórios e bens naturais, para atender aos interesses de grandes empresas que geram grandes lucros e grandes impactos negativos para as populações indígenas e não-indígenas locais".

Exigências em cada estado

CONT.



- Criação de uma Comissão Especial com a participação de indígenas para impulsionar a aprovação urgente do Estatuto dos Povos Indígenas, antes de qualquer outro projeto, bem como aprovação do PL 3571/2008 de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e da PEC 320/2013 que propõe a criação de quatro vagas para deputados federais indígenas;
- Urgente revogação de todas as portarias e decretos editados pelo governo Dilma e que afrontam direitos, principalmente a Portaria 419/2011, Portaria 303/ 2012, Portaria 2498 e Decreto 7957/2013;
- “Diante da enganação e violação dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais da Bacia do Rio Madeira, no rio Xingu (PA) e no Rio Teles Pires (em MT) onde estão construindo hidrelétricas para viabilizar hidrovias, para os quais exigimos respeito”;
- “Reafirmamos que somos contra a construção de barragens nos rios Machado (UHE Tabajara), Madeira (UHE Ribeirão), Tapajós, Juruena e Teles Pires. Não vamos aceitar compensações para nos destruir, porque a água para nós é fonte de Vida e não de morte. Onde não for possível evitar, exigimos o pagamento de royalties às comunidades envolvidas durante toda a vida útil do empreendimento”.
- “Exigimos incluir as terras indígenas Igarapé Lourdes, Pirahã, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna, Torá, Mura, Mundurukudo Baixo Marmelo e todas as terra Tenharin e de índios isolados como áreas que serão afetadas pela construção da hidrelétrica Tabajara;
- “Exigimos respeito e cumprimento de nossos direitos, reconhecidos pela Constituição Federal, assegurando para os nossos povos efetivas políticas públicas, específicas e diferenciadas, nas áreas da educação, da saúde e de todas as áreas do nosso interesse que gere melhoria na qualidade de nossa vida. Somos contrários à política de compensação desencadeado por empresas interessadas em T.I. que utilizam disso como fator de manipulação e cooptação de lideranças”;
- Na educação escolar indígena, estados e municípios não cumprem as leis e tampouco os recursos destinados atendem às necessidades. “Temos um custo diferenciado na Amazônia que necessita ser revisto com máxima urgência. No tocante aos territórios etnoeducacionais, defendemos a retomada urgente deste debate metodológico como unidade de planejamento e execução da educação escolar específica e diferenciada”;
- “Exigimos funcionamento urgente da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). “Estamos cansados de ver nossas crianças e idosos morrendo por falta de atendimento nas aldeias, fruto do descaso do governo. Em muitas regiões não temos Polo Básico, medicamentos, transporte, ou seja, não temos a condição mínima de atendimento e ficamos a depender da boa vontade de quem é responsável”
- Há recursos paralisados em prefeituras, entre elas, a de Ji-Paraná (RO), que deveriam ser utilizados na melhoria da qualidade do atendimento e resolução de pendências antigas com

CONT.



servidores e fornecedores, que por falta de deliberação da Sesai e Ministério da Saúde corre o risco de se perder na corrupção institucional”;

- “Exigimos a resolução da sobreposição de terras com máxima urgência, para acabar com as sobreposições de T.I. com unidades de conservação por isso pleiteamos que sejam declaradas terras indígenas”;

- “Denunciamos que os povos que vivem na condição de isolamento correm risco de vida diante da ofensiva dos projetos hidrelétricos e expansão da agropecuária. Entre estes exigimos a inclusão da informação 70 no Rio Marmelo e na REBIO Jaru (Tarumã) e Jacundá para proteção antes de iniciar o processo de licenciamento da UHE Tabajara”;

- “Denunciamos que as Unidades de Conservação que ocupam um papel fundamental no equilíbrio ecológico correm risco de serem desafetadas para dar lugar a lagos de usinas à exemplo do ocorrido no Parque Nacional Campos Amazônicos. Por isso reafirmamos nosso irrestrito apoio ao ICMBio no cumprimento de sua função e na não-violação do direito ecológico da Unidades de Conservação, respeito ao direito originário dos povos indígenas. Exigimos que também seja ouvida a equipe local do ICMBio caso haja propostas de construção de hidrelétricas ou qualquer outro tipo de empreendimento que impacte unidade de conservação”;

- “Denunciamos que a maioria das Terras Indígenas na Amazônia continuam sem o benefício do Programa Luz para Todos, embora é tido como público prioritário do programa, que antes mesmo de cumprir sua meta social já está em fase de extinção. Como potencializar os processos produtivos para gerar renda e qualidade de vida se a eletricidade não chega até nossas aldeias. Porque não utilizar o potencial de energia solar para atender as nossas demandas e para apoiar o funcionamento de sistema de comunicação (telefonia rural) benefício que até agora não chegou, deixando muitas aldeias isoladas e à mercê da própria sorte com a ausência total do Estado brasileiro”;

- “Deixamos claro que as políticas públicas devam atender os povos indígenas das aldeias e os que vivem nos centros urbanos por algum motivo, até porque o Brasil era todo nosso, logo não temos indígenas desaldeados, porque se moramos no Brasil fazemos parte desta grande aldeia que foi invadida há mais de 513 anos, que agora compartilhamos com os não-indígenas, tratada com muita falta de respeito infelizmente pelos invasores”



Destruição de cemitério indígena em Dourados é investigada pelo MPF

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 25.10.2013

Na última terça-feira (22), o Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) instaurou inquérito para apurar a destruição de um cemitério indígena na fazenda São Jose, em Dourados. A fazenda é reivindicada como sendo um território de ocupação tradicional pela comunidade guarani-kaiowá de Pacurity e há 22 anos os indígenas estão acampados às margens da BR-463.

Em atividade realizada no dia 12 de setembro, um representante do MPF foi encaminhado para um dos cemitérios indígenas da região reivindicada, a 9 km do acampamento Pacurity. Ao chegar o local, era possível constatar a existência de um cercado com cruzes e uma árvore que se destacavam em meio à plantação de milho.

Ao retornar no dia 17 de setembro para registrar as coordenadas geográficas do cemitério, o servidor pode perceber que o cercado, as cruzes e a árvore foram removidos, restando apenas terra remexida no local.

Conforme previsto na Lei 9605/1998, artigo 63, é crime "alterar o aspecto ou estrutura de local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida". A pena é de um a três anos de reclusão e multa.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), há 22 anos 17 famílias da comunidade guarani-kaiowá de Pacurity vivem às margens da BR-463 em condições subumanas e aguardam os estudos do Grupo de Identificação e Delimitação da Funai, que definirá seu território.

Coordenador de Políticas Esportivas Indígenas faz visita à UFMT

SÍTIO UFMT, 25.10.2013



O coordenador geral de Políticas Esportivas Indígenas e assessor do Ministério de Esportes, Rivelino Pereira de Souza, realizou na tarde de hoje (25) visita à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Cuiabá. O coordenador está na capital em razão dos Jogos dos Povos Indígenas 2013, que serão realizados na capital de 08 a 16 de novembro. Rivelino participou ontem (24) e hoje de reuniões e acompanhou vistorias às estruturas montadas para os Jogos, como a construção das ocas, condições de segurança e saúde, além da

definição de um amistoso de futebol entre a Seleção Indígena e o Mixto Esporte Clube, de Cuiabá. O jogo será realizado no primeiro dia do evento, às 21h, no Estádio Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha), e será aberto à população.

A UFMT promoverá durante os jogos o contato entre os povos indígenas participantes do evento e professores e alunos de escolas das redes municipal e estadual que receberam formação sobre a cultura indígena. "São 27 escolas, cada uma estudando a cultura de um povo", explica a representante da UFMT na comissão organizadora, Beleni Salete Grando.

Estarão presentes nos Jogos 48 etnias nacionais, além de 32 lideranças indígenas estrangeiras de 16 países, que participarão da discussão para a criação dos Primeiros Jogos Mundiais Indígenas, previstos para 2015. O país de realização ainda será decidido, mas segundo Rivelino, três estados brasileiros já demonstraram interesse - Tocantins, Pará e Mato Grosso.

A estrutura dos Jogos contará com 48 ocas, além da Oca da Sabedoria, onde será realizado o Fórum Social Indígena, "Caucus", de 11 a 13 de novembro, que busca formar grupos de trabalho e discussão "em conjunto, com competência e responsabilidade de decisão", segundo Rivelino Souza. Também terá a Oca Digital, na qual estarão disponíveis computadores e acesso à internet. Estão previstas para o início e para no final da programação, em todos os dias, duas apresentações culturais, sendo uma indígena e uma cuiabana. "A ideia maior do evento é a celebração entre os povos", afirma o coordenador.

Sobre esta edição dos Jogos ser realizada em Cuiabá, Rivelino explica que houve manifestações de interesse tanto por parte do Governo do Estado quanto por parte da equipe organizadora. "Percebemos a importância de conscientizar a população quanto ao preconceito e discriminação que ainda existem em relação à cultura indígena. Queremos amenizar esse preconceito, mostrar que os índios também fazem parte da sociedade brasileira e o quanto são

CONT.



capazes de contribuir e se inserir nela igualmente”.

Os jogos, também chamados de “Jogos Verdes”, serão realizados em três pontos da capital: na região do bairro Sucuri, no Estádio Eurico Gaspar Dutra (Dutrinha) e na região do Coxipó.

Está prevista para a primeira quinzena de dezembro de 2013 uma ação de governo que busca o atendimento à política esportiva e inovações para os Jogos Indígenas, o I Fórum Nacional de Políticas de Esporte e Lazer indígenas. Estão entre as propostas, a profissionalização de atletas e a regionalização dos jogos, levando-os para dentro das aldeias, “com a missão de fortalecer e perpetuar a cultura de cada povo”.



AGU recebe indígenas para discutir demarcações

SÍTIO PORTAL BRASIL, 25.10.2013

Lideranças apresentaram nota contra portaria sobre o tema; documento será levado ao Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams

A Advocacia-Geral da União (AGU) recebeu, nesta sexta-feira (25), na sede da Instituição, em Brasília, lideranças indígenas que apresentaram nota pública contra a Portaria nº 303 da AGU, que trata de demarcação e uso de terras indígenas. O documento será encaminhado ao Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams.

O Subprocurador-Geral Federal, Antonio Roberto Basso, dialogou com o grupo e reafirmou que a AGU aguardará a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, para estudar a implementação da Portaria nº 303.

Em nota pública divulgada nesta quinta-feira (24), a AGU assinala que, para garantir maior segurança jurídica às demarcações de terras indígenas no país, a Instituição espera, também, a definição de novos critérios para a delimitação de reservas, em elaboração pelo Ministério da Justiça (MJ).

Suspensa desde 17 de setembro de 2012, a Portaria, conforme destaca o posicionamento da AGU, é um instrumento de uniformização da atuação dos advogados públicos que tem a finalidade de evitar interpretações diferentes ou conflitantes no âmbito da Administração Federal. "É uma orientação jurídica de caráter estritamente técnico destinada aos advogados e procuradores da AGU", diz a nota.

Fonte:

Advocacia-Geral da União



História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pode virar disciplina em RP

SÍTIO FOLHA DE RIBEIRÃO PIRES, 25.10.2013

Projeto já está em tramitação nas Comissões da Câmara e pede inclusão de matéria no currículo oficial da Rede Municipal

Está tramitando na Câmara de Ribeirão Pires o Projeto de Lei número 043/2013 que estabelece as diretrizes e bases da educação municipal para inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino Municipal, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Segundo o Projeto, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da Rede, torna-se obrigatório o estudo dessa matéria.

O conteúdo programático incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes a História do Brasil.

"O Projeto visa primar pela igualdade racial. É necessário que as crianças tenham conhecimento de suas raízes, que saibam que o nosso povo africano e indígena não serviram apenas para serem escravizados, mas também contribuíram e muito para a nossa cultura e educação, tais como outros povos que aqui imigraram", explicou o presidente da Câmara, vereador Edson Savietto (PDT), o Banha.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

O Projeto de Lei está em tramitação nas Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento e ainda não tem data para entrar em votação na Câmara de Vereadores.



Indígenas invadem mais duas propriedades em Japorã

SÍTIO A GAZETA NEWS, 25.10.2013

Duas propriedades privadas na zona rural do município de Japorã foram invadidas por indígenas da etnia Guarani-Kaiowá nesta semana. De acordo com os proprietários, a Polícia Federal tentou acordo com os indígenas para que deixassem a área privada, que não foi aceito pelos indígenas. Um Boletim de Ocorrência foi registrado na Delegacia de Polícia de Novo Mundo, com denúncia do crime de esbulho possessório e ameaças por parte dos indígenas.

A primeira invasão ocorreu na quarta-feira (25), na fazenda Chaparrau, do produtor rural Luiz Carlos Tormena. Ao registrar o Boletim de Ocorrência, o filho do proprietário, Thiago Tormena, informou a polícia sobre a utilização de foices, facões, arcos e flechas pelos indígenas, que estavam encapuzados. Segundo o produtor, 256 alqueires e 1400 cabeças de gado estão nas mãos dos indígenas, que expulsaram os proprietários e os trabalhadores da propriedade.

A fazenda Brasil, do produtor Marco Nielson Oliveira, foi invadida na noite desta quinta-feira. O proprietário reside no município de Cascavel (PR) e está a caminho de Mato Grosso do Sul.

De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), com as duas invasões dessa semana somam 73 as propriedades privadas ocupadas pelos indígenas no Estado. Deste total, 15 fazendas foram invadidas após o acordo firmado entre indígenas e produtores rurais em junho deste ano com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de cessar as invasões para que uma solução concreta fosse apresentada pelo Governo Federal.

Nesta sexta-feira (25) Famasul reuniu um grupo de produtores rurais de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti para discutir sobre o andamento das avaliações de propriedade na região, a partir da proposta do Governo Federal de comprar as propriedades invadidas para atender as demandas dos indígenas de ampliação de reservas.

Em reunião anterior, em 30 de setembro, os produtores fixaram o prazo de 30 novembro para que seja apresentada pelo Governo Federal proposta de ação concreta para os litígios de terra no Estado. Caso isso não ocorra, serão retomadas as ações e medidas para o cumprimento das decisões judiciais e o setor vai se retirar da mesa de negociação.

Fonte: Dourados News

Programa Vale Universidade Indígena divulga período de inscrição para 2014
SÍTIO PERFIL NEWS, 25.10.2013

Os acadêmicos interessados devem fazer o cadastramento de 25 de fevereiro a 14 de março de 2014, no site da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas)



O Programa Vale Universidade Indígena tem como objetivo apoiar acadêmicos indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (Foto: Edemir Rodrigues)

A coordenação do Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) definiu o calendário de recebimento das inscrições para ingresso no programa no próximo ano. Os acadêmicos interessados devem fazer o cadastramento de 25 de fevereiro a 14 de março de 2014, no site da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas).

O Programa Vale Universidade Indígena tem como objetivo apoiar acadêmicos indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), proporcionando-lhes a experiência profissional necessária para a inserção no mercado de trabalho e assegurando-lhes benefício social para conclusão do ensino superior.

A Resolução Setas nº 130, publicada no Diário Oficial do Estado, página 130, na quinta-feira (24), traz orientações para quem deseja ingressar no programa no ano de 2014. Além do período de inscrição, o candidato deve estar atento aos requisitos, entre eles a comprovação da etnia, mediante apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI), expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e renda familiar de até três salários mínimos.

CONT.



Também existem critérios relacionados à vida acadêmica, como: estar matriculado em curso presencial de bacharelado ou licenciatura mantido pela UEMS; não possuir outro curso de bacharelado ou licenciatura; ter residência fixa em Mato Grosso do Sul há mais de dois anos; depois de ser incluído no programa, ter frequência regular de, no mínimo, 80% nas disciplinas cursadas em cada ano letivo; não ter registro de reprovação de qualquer disciplina na data de inscrição e convocação pelo Programa; não possuir, simultaneamente, outro membro da família beneficiado neste programa.

INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

A Setas alerta que os candidatos devem preencher corretamente a inscrição no site <http://www.setas.ms.gov.br/> e guardar o número do protocolo que será emitido pelo sistema. Depois de encerrado o prazo de cadastramento, será realizada a classificação preliminar dos candidatos inscritos. Após essa etapa, os pré-selecionados terão seus nomes divulgados no site da Secretaria e na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e serão convocados a apresentar uma série de documentos. O não comparecimento ou a falta da documentação pode implicar na desclassificação do candidato.

A relação definitiva dos candidatos habilitados no Programa será publicada depois no Diário Oficial do Estado (<http://www.imprensaoficial.ms.gov.br/>), na página eletrônica <http://www.setas.ms.gov.br/> e na UEMS.

ESTÁGIO

O acadêmico participante do Vale Universidade Indígena deverá realizar estágio com carga horária de 12 horas semanais, no período matutino ou vespertino, compatíveis com o horário escolar, em instituições indicadas pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Pela realização do estágio, o universitário recebe apoio financeiro, sob a forma de concessão de benefício social, no valor de R\$ 300,00.

No site da Setas, os candidatos podem acompanhar todas as publicações sobre o processo de inscrição e seleção. Os normativos também são publicados no Diário Oficial do Estado

(*)Com informações de Notícias MS



Incra reconhece território mineiro como comunidade quilombola

SÍTIO BELO HORIZONTE DE A A Z, 25.10.2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu, nesta sexta-feira (25), como Comunidade Quilombola, o terreno de 250 hectares onde vivem oito famílias, na cidade de Carlos Chagas, no Vale do Mucuri. A declaração do território como terra das Comunidades Remanescentes de Quilombos foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

As comunidades quilombolas são grupos étnicos, que se definem a partir de relações com a terra, parentesco, território, tradições e culturas próprias. Segundo o Incra, reconhecer essas terras é o primeiro passo para resgatar a cultura e a autossuficiência das famílias nas terras.

Para que haja o reconhecimento, é necessário que ele seja solicitado pela própria comunidade, apresentando a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades Quilombolas. Este é emitido pela Fundação Cultural Palmares. O processo ocorre em duas etapas. Na primeira, o Incra é responsável por elaborar o estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Após isso, houve a recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Quando este relatório é aprovado, é possível declarar os limites do território.

Segundo o Incra, quatro fazendas compõem o território reconhecido, e é necessário uma publicação de decreto presidencial para que haja a desapropriação pela instituição. As famílias vivem do trabalho familiar na lavoura e criação de pequenos animais, entretanto, devido essa perda de terras, muitos dos moradores deste quilombo passaram a trabalhar para os proprietários das terras vizinhas.

Outros dois terrenos também foram reconhecidos pela instituição, o Quilombo Tomas Cardoso, no estado de Goiás, e o Quilombo de Grotão, em Tocantins.

Município comemora certificação quilombola neste sábado

SÍTIO PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 25.10.2013



A Prefeitura de Serra Talhada se prepara para comemorar o reconhecimento da primeira comunidade quilombola do município. Um grande evento está programado para acontecer neste sábado (26), às 19h, no povoado Ponta da Serra, na zona rural.

A festa vai contar com a presença do prefeito Luciano Duque, além de representantes ligados aos governos federal, estadual; ao movimento negro de Serra Talhada e de outros municípios. A certificação da vila Ponta da Serra, no distrito de Caiçarinha da Penha, foi publicada no início deste mês no Diário Oficial da União (DOU).

Atualmente, Serra Talhada possui 15 comunidades quilombolas. A expectativa do prefeito é certificar os demais povoados com o reconhecimento até o primeiro semestre de 2014.

Com a certificação, os povoados passam a receber incentivos federais por meio de políticas públicas, tais como cestas básicas, prioridade no Bolsa Família, titulação de terras, posto de saúde, escola, formação profissional e preferência no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Procuradoria de Joaçaba vai intermediar reassentamento dos quilombolas em Campos Novos

SÍTIO CACO DA ROSA, 26.10.2013



O Ministério Público Federal em Santa Catarina reuniu-se na Procuradoria da República em Joaçaba (SC) com agricultores integrantes da Associação dos Legítimos Proprietários da Fazenda São João para discutir os processos de desapropriação e indenizações referentes à área de regularização fundiária do quilombo Invernada dos Negros, em Campos Novos.

Na reunião, os colonos afirmaram que a proposta feita pelo Incra de realocação em assentamentos agrários não é de interesse dos desapropriados, que sugeriram a negociação

através de cartas de crédito do Banco da Terra. Segundo eles, as condições para escolha do imóvel e pagamento pela linha de financiamento são mais favoráveis. A falta de registro de alguns terrenos e os prejuízos trazidos com a demora no processo de desapropriação também foram discutidos na ocasião. Segundo os agricultores, 20% da área da comunidade ainda não foi avaliada e a indefinição impossibilita os titulares de investir nas terras.

Ao fim da reunião, a procuradora da República Analucia Hartmann informou que a procuradoria providenciará levantamento sobre a situação de cada propriedade e agricultor atingido, com o número total de áreas já indenizadas e quais valores foram fixados para cada uma das posses, além do cronograma para finalização do processo. Também ficou definida a elaboração de uma tabela com a situação jurídica de cada agricultor e informações sobre o total da área já colocada à disposição da comunidade quilombola. O MPF também deverá fixar prazos e acordar com a vara federal uma data para audiência de tentativa de conciliação.



Índios da Amazônia começam a sofrer com doenças urbanas

SÍTIO UOL, 26.10.2013

Carlos A. Moreno.

Rio de Janeiro, 26 out (EFE).- Os índios da Amazônia já não sofrem tanto com a malária, relativamente sob controle na maior floresta tropical do mundo, mas sim com as doenças comuns das grandes cidades, como a hipertensão arterial e a dislipidemia.

Assim constatou um estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) feito com índios da etnia Khisêdjê que vivem no Parque do Xingu, um enorme conjunto de reservas ambientais e indígenas com 27 mil km² no meio da Amazônia do Mato Grosso e longe das grandes cidades.

Os índios, apesar de permanecerem na selva e conservarem parte de suas tradições, não são alheios às chamadas "doenças da modernidade", disse à Agência Efe Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo que elaborou o "Perfil Nutricional e Metabólico dos Khisêdjês".

O estudo, baseado em avaliações médicas feitas em 179 índios em 2011, constatou que a doença de maior incidência atualmente entre os khisêdjês é a hipertensão arterial, ao contrário de 1965, quando as principais causas de morte nesta etnia eram a malária, as doenças respiratórias e a diarreia.

De acordo com a pesquisa, apesar das doenças infecciosas e parasitárias ainda serem uma importante causa de mortalidade entre estes índios, as que mais cresceram nos últimos anos foram as crônicas não transmissíveis, como a hipertensão, a intolerância à glicose e a dislipidemia, que é um aumento anormal na taxa de lipídios no sangue.

A avaliação mostrou que 10,3% dos índios sofrem de hipertensão arterial. Os casos mais preocupantes atingem 18,7% das mulheres e 53% dos homens.

A intolerância à glicose foi diagnosticada em 30,5% das mulheres e em 17% dos homens, e a dislipidemia em 84,4% dos pacientes avaliados.

Se comparada à população não indígena a prevalência dessas doenças ainda é inferior, mas significativa para um grupo em que os índices de doenças da modernidade eram irrelevantes.

"Nossa hipótese é que essas transformações ocorreram devido a uma maior aproximação dos centros urbanos e à intensidade do contato dos índios com a sociedade não indígena", afirmou Suely Godoy.

A especialista também atribuiu o fenômeno ao fato de alguns índios passarem a ser

CONT.



assalariados e deixar de lado as práticas de subsistência tradicionais.

O problema também pode ser explicado, segundo a pesquisadora, pelo "maior acesso dos índios a bens de consumo como alimentos industrializados, eletrônicos e barcos a motor, que anula a necessidade de remar".

Suely Godoy esclareceu que os khisêdjês vivem nas aldeias do Parque do Xingu e estão distantes cerca de cinco horas por terra do centro urbano mais próximo.

"Mas, eventualmente, eles vão até lá e têm acesso aos mercados das cidades", disse ao se referir à presença de alimentos industrializados na dieta de uma etnia que durante séculos viveu da agricultura, da caça e da pesca.

O perfil de saúde da etnia ficou prejudicado devido às mudanças que "favorecem a incorporação de novos hábitos e costumes, e reduzem os níveis de atividade física tradicional", afirmou.

O estudo constatou que 36% das mulheres estão com sobrepeso ou obesidade, porcentagem que chega a 56,8% no caso dos homens.

A doutora em Saúde Pública admite que é difícil "generalizar" para outras etnias da Amazônia ou do Brasil o ocorrido com os khisêdjês devido à diversidade existente entre os povos indígenas do país, principalmente pelas diferenças culturais e ambientais.

Mas esse perfil de saúde, que inclui atualmente a presença das chamadas "doenças da modernidade", já foi relatado em outros povos que vivem tanto no Parque do Xingu como em outras regiões, como é o caso dos Xavantes, assegurou.

Atualmente, o Parque do Xingu abriga, aproximadamente, 5.500 indígenas de 15 etnias vivendo em 61 aldeias.



Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 26.10.2013

Após ocupar duas propriedades rurais na sexta-feira (25), índios invadiram, na noite de ontem para hoje, mais 12 áreas em Japorã. Produtores rurais querem retirar o gado das áreas ocupadas e um novo foco de tensão foi criado em Mato Grosso do Sul.

Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próximos ao Rio Iguatemi, em Japorã. A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise, os produtores rurais querem a reintegração de posse das propriedades, mas eles tinham um acordo com a Funai, dizendo que não podiam invadir. "Eles querem que o Governo indenize e entregue as propriedades para eles. Mas nós tínhamos um acordo, do Governo com a Funai, assinado há cerca de seis meses, dizendo que não poderiam invadir e eles descumpriram isso", reclamou.

Ele também comenta que muitos proprietários tiveram que sair das fazendas, por conta das invasões. "Muitos fazendeiros saíram da fazenda, somente três fazendeiros continuam nas suas propriedades".

Luiz Carlos Tormena é proprietário de uma das fazendas invadidas, e ele teve que sair as pressas dela. "Eles chegaram empunhando flechas e disseram que tínhamos 20 minutos para sair, peguei o carro e vim embora. Mas eu ainda consegui autorização para voltar e cuidar do gado", explica.

O presidente do sindicato relata que as invasões estão trazendo prejuízos para os produtores rurais e também para a cidade. "Está tudo desvalorizado. Não há compra e venda de propriedades, as pessoas não investem em agricultura, e até as empresas não querem investir na cidade", disse.

Segundo Hilário, os índios não estão à procura somente de terra, eles querem outras coisas, porém as autoridades insistem em somente dar propriedades. "A Funai já tem projetos para demarcar várias cidades de Mato Grosso do Sul, mas não é só terra que os indígenas querem, eles querem outras coisas. Eles não veem isso".

A Polícia Federal de Naviraí foi até as propriedades para evitar qualquer tipo de violência que venha a ocorrer. Eles irão permanecer ali por cerca de 10 dias.

Indígenas dialogam com Wagner e ministro

SÍTIO A TARDE, 26.10.2013



Representantes das tribos Tupinambá, Tumbalalá, Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe se reuniram no CAB, por 3

Indígenas de quatro etnias, que vivem em região de conflito com fazendeiros em território baiano, não saíram satisfeitos após três horas de reunião com o governador Jaques Wagner, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, além de representantes de órgãos estaduais e federais.

"A conversa é a mesma e não se fala sobre a assinatura da carta declaratória que comprova a nossa posse da terra e garante que os fazendeiros tenham o direito de receber indenização por ter que deixar a terra. A partir de amanhã (deste sábado, 26), tenho receio de que ocorram mais retomadas e mais conflitos depois do resultado dessa reunião", disse o

coordenador do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia, Adenilton Tuxá.

"Estamos discutindo para garantir a pacificação e abrir uma mesa de negociação", disse o governador Jaques Wagner que chegou acompanhando pelo ministro José Eduardo Cardozo.

"O caminho é a mediação. Situações de abuso, vandalismo não ajudam. Vamos analisar os argumentos e tentar negociar. Se não for possível, vamos atuar naquilo que a lei determina", disse o ministro, que, embora apontasse a pacificação da relação entre os envolvidos como objetivo da visita, não detalhou o que será feito. O processo de oficialização da demarcação tramita na Justiça.

Para garantir a segurança nos locais onde os conflitos são mais acirrados, até o final da próxima semana deve ser assinado um acordo de cooperação técnica entre órgãos estaduais e federais. O plano de ação está em fase de ajustes e deve incluir a instalação de bases de segurança, aumento do efetivo e qualificação específica de policiais. As primeiras áreas contempladas serão o município de Buerarema e a localidade de Olivença, em Ilhéus.

Ao longo do dia, ocorreram três discussões. A primeira foi entre representantes de órgãos estaduais e federais. Em seguida, o mesmo grupo conversou com os fazendeiros e, no final da tarde, foi a vez do encontro com as lideranças indígenas, na sede da Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem), no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Estiveram presentes indígenas das etnias Tupinambá, Tumbalalá, Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe representando cerca de 134 mil pessoas. A extensão do território reivindicado pelos indígenas é estimado entre 47 a 54 mil hectares por etnia.

"A solicitação é fazer justiça. Identificar o território indígena, indenizar quem está nessa região e devolver o que pertence aos indígenas", disse o vice-presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Yulo Oiticica.

O deputado entregou ao ministro relatório resultante de visita da Comissão de Direitos Humanos da AL-BA, em 2010, à região da Serra do Padeiro, em Buerarema. "O argumento de que índios armados invadem propriedades é desmentido no documento. Eles nos entregaram as armas deixadas lá, as munições usadas contra eles", disse.

Opinião de primeira: O que há de novo para melhorar a vida dos índios?

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 26.10.2013

Nunca será fácil a vida dos Cinta Larga e de outras etnias, com tantos "representantes", que vivem falando por eles, discursando, como se fossem os mais legítimos intérpretes das tribos.



Mais uma reunião no Congresso tratou da grave situação dos índios Cinta Larga. Vivem numa região riquíssima mas que, afora os caciques, todos os demais sobrevivem à míngua. Algo novo no ar? Absolutamente nada. Muito discurso, o mesmo de sempre e... não se vê, na realidade, qualquer avanço para melhorar a vida da tribo. Os representantes dos índios Cinta Larga querem o direito de comercializar os produtos primários que podem ser extraídos de suas terras (madeiras, frutos, castanhas) e explorar seus minérios. E porque não o fazem? Parece que há uma espécie de lamentável consenso de que eles devam viver apenas sob o jugo e o apoio do Estado. Têm

que ter saúde, comida, escola, infraestrutura, apenas como investimentos oficiais. Não podem trabalhar, não podem explorar suas ricas terras, não podem ter uma vida digna, porque são índios, não brancos. Na teoria, então, estão condenados a essa vida de esmolas e concessões, não de conquistas. O representante da tribo, presente ao encontro, Marcelo Cinta Larga, também cobrou do governo federal, cursos de capacitação que permitam aos povos indígenas desenvolver atividades econômicas rentáveis e sustentáveis em suas aldeias. E fez um comentário que soou quase como um lamento: "Nenhum ser humano, seja branco ou índio, consegue trabalhar sem condições".

Nunca será fácil a vida dos Cinta Larga e de outras etnias, com tantos "representantes", que vivem falando por eles, discursando, como se fossem os mais legítimos intérpretes das tribos. Na verdade, em muitos casos, estão defendendo apenas suas ideias e ideologias pessoais. Os Cinta Larga têm direito à terra e às riquezas que possuem. Não são bebês, não são idiotas. São homens e mulheres lutadores, que mereciam muito mais do que tantos discursos vazios e tão pouco apoio real.

"INTERNACIONAL"

São 6 reais e 50 centavos. Um suco de laranja pequeno, com adoçante, num copo de plástico: esse preço absurdo é cobrado em algum aeroporto internacional, daquelas de Primeiro Mundo? CONT.



Nada disso. O otário que pedir a bebida vai pagar tudo isso aqui mesmo, num dos restaurantes ou cafés no "aeroporto internacional" de Porto Velho. Que de internacional mesmo, só tem esse preço proibitivo. Claro, tudo é feito sem qualquer fiscalização. E o otário que pague, se quiser tomar seu suco...

FORA DO PÁREO

Já está decidido: depois de uma longa reunião em família, o ex-governador João Cahulla foi "intimado" a não participar da eleição de 2014. Embora ainda seja o presidente regional do PPS, Cahulla está cada vez mais afastado das lides políticas. A pedido de sua esposa, dona Marli e dos filhos, ele preferiu voltar à vida privada e cuidar dos seus negócios. Não é um fim para a carreira política, mas, a continuar a pressão familiar, pode até ser. Cahulla também deve deixar o comando do PPS depois do pleito de 2014.

NOS QUINTOS DOS INFERNOS

Mais uma prova de que a população não aguenta mais. Dois meninos, um de 14 e outro de 16 anos, que perante a lei não podem ser responsabilizados por nada, mas que, mesmo pouco mais que crianças, podem assaltar, ferir, matar, brutalizar suas vítimas, por pouco não foram linchados no bairro Ulysses Guimarães. A dupla invadiu uma casa, atacou covardemente pessoas da família. Com um revólver, agredindo todos. Foram desarmados e o pau cantou. Não fosse a PM, esses dois tinham deixado de ser "anjinhos" perante a lei e estariam, certamente, nos quintos dos infernos.

AGORA PODE?

Aqueles que diziam, nos anos 70, que dariam suas vidas pela liberdade de expressão, estão entre os que mais querem agora impor a censura, quando o assunto lhes interessa diretamente. Chico Buarque, o poeta da resistência; Gilberto Gil, Caetano Veloso e outros da turma, não querem biografias não autorizadas. Só as chapa branca. No tempo da ditadura militar, vociferavam e até foram para o exterior, para escapar da perseguição e manter sua ideologia. Agora, jogam no lixo parte da biografia e querem se transformar em censores. Nada como um dia depois do outro!

PRIMEIRO PASSO

Claro que é um passo pequeno, mas é um passo para a frente. Depois de mais de duas décadas, finalmente os primeiros servidores do Estado passam a receber seus salários pela União, porque agora são servidores federais. São os primeiros 432 PMs, da ativa e aposentados, que já recebem seus novos vencimentos em novembro. Faltam uns 10 mil para serem transpostos, mas é um avanço. Só com esse grupo, que conquistou seu direito graças à decisão judicial, serão poupados perto de 1 milhão e 950 mil reais dos cofres rondonienses.

PRÊMIO JUSTO

Para tristeza dos apaixonados pelos direitos humanos dos criminosos, o PM que deu dois tiros
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

num ladrão que assaltara um motociclista em plena luz do dia, em São Paulo, recebeu a maior condenação da corporação. E não foi punido, como alguns irresponsáveis divulgaram nas redes sociais. O caso ficou famoso porque o motoqueiro assaltado gravou tudo, até a reação do policial. O bandido continua internado e, para alegria dos que adoram defender os criminosos, deve estar nas ruas em breve, de novo. Para assaltar e matar.

PERGUNTINHA

Qual a próxima desculpa para que algum grupo decida que é hora de fechar a BR 364 e interromper o sagrado direito de ir e vir dos cidadãos e cidadãs?

Índios Guarani retomam invasões no Mato Grosso do Sul

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 26.10.2013



Duas propriedades privadas na zona rural do município de Japorã foram invadidas por indígenas da etnia Guarani-Kaiowá nesta semana. De acordo com os proprietários, a Polícia Federal tentou acordo com os indígenas para que deixassem a área privada, que não foi aceito pelos indígenas. Um Boletim de Ocorrência foi registrado na Delegacia de Polícia de Novo Mundo, com denúncia do crime de esbulho possessório e ameaças por parte dos indígenas.

A primeira invasão ocorreu na quarta-feira (25), na fazenda Chaparrau, do produtor rural Luiz Carlos Tormena. Ao registrar o Boletim de Ocorrência, o filho do proprietário, Thiago Tormena, informou a polícia sobre a utilização de foices, facões, arcos e flechas pelos indígenas, que estavam encapuzados. Segundo o produtor, 256 alqueires e 1400 cabeças de gado estão nas mãos dos indígenas, que expulsaram os proprietários e os trabalhadores da propriedade.

A fazenda Brasil, do produtor Marco Nielson Oliveira, foi invadida na noite desta quinta-feira. O proprietário reside no município de Cascavel (PR) e está a caminho de Mato Grosso do Sul.

De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), com as duas invasões dessa semana somam 73 as propriedades privadas ocupadas pelos indígenas no Estado. Deste total, 15 fazendas foram invadidas após o acordo firmado entre indígenas e produtores rurais em junho deste ano com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de cessar as invasões para que uma solução concreta fosse apresentada pelo Governo Federal.

Nesta sexta-feira (25) Famasul reuniu um grupo de produtores rurais de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti para discutir sobre o andamento das avaliações de propriedade na região, a partir da proposta do Governo Federal de comprar as propriedades invadidas para atender as demandas dos indígenas de ampliação de reservas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Em reunião anterior, em 30 de setembro, os produtores fixaram o prazo de 30 novembro para que seja apresentada pelo Governo Federal proposta de ação concreta para os litígios de terra no Estado. Caso isso não ocorra, serão retomadas as ações e medidas para o cumprimento das decisões judiciais e o setor vai se retirar da mesa de negociação.

Fonte: Blog Questao Indigena



Enem aborda temas racial e indígena, dizem estudantes

SÍTIO UOL EDUCAÇÃO, 26.10.2013

São Paulo - No segundo ano em que a lei de cotas vale para as universidades federais, para as quais o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a porta de entrada, pelo menos três itens da prova abordaram a questão racial. Segundo participantes que deixavam os locais do exame em São Paulo na tarde deste sábado (26), houve questões envolvendo a escravidão no Brasil, o racismo no Estados Unidos e a segregação racial na África do Sul.

De acordo com o estudante Matheus Moura, de 18 anos, as questões trouxeram textos próprios de apoio, o que tornou a prova de Ciências Humanas um pouco cansativa. "Apesar de não achar as questões muito difíceis, havia muitos textos, e algumas pegadinhas", disse ele. Natália Perez, de 18 anos, afirmou que foi surpreendida com o número de questões envolvendo política e poder. "Estava muito chato, caíram coisas sobre burguesia e muita coisa de História", disse ela, que pretende estudar Direito. A partir deste ano, as universidades federais precisam reservar pelo menos 25% das vagas para estudantes de escola pública, respeitando a proporção censitária de pretos, pardos e indígenas de cada Estado.

Manifestações

Ao contrário do que se imaginava, as manifestações de junho no País não foram foco de perguntas específicas neste primeiro dia de Enem. Mas a Copa do Mundo, especialmente os gastos do governo para a organização do mundial, foi tema de uma das questões relacionadas à Filosofia. "A prova não estava tão difícil assim, mas os candidatos precisavam estar bem informados", disse Ricardo Napoleão da Silva, de 36 anos. O estudante levou pouco menos de 3 horas para concluir a prova, aplicada no campus Vila Mariana da FMU, zona sul de São Paulo.

Situação indígena

Segundo alguns candidatos, apareceram perguntas relacionadas à situação indígena no Brasil e que abordavam o conflito entre fazendeiros e indígenas na demarcação de terras. "A questão indicava o objetivo de fazendeiros tomarem as áreas dos índios", disse o estudante Marcos Lima, de 18 anos, que estava fazendo o exame na Uniban da Vila Maria, zona norte de São Paulo.



**Questão indígena: A bússola da paz (sobre a decisão do STF na Raposa Serra do Sol),
por KATIA ABREU**

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 26.10.2013

Não pode um país que queira crescer economicamente e se desenvolver socialmente conviver com a insegurança jurídica. Empregos são perdidos, empresas fragilizadas e a renda familiar se esvai. O árbitro e o que cada um entende por direito passam para diante da cena, produzindo, em muitos casos, a violência como um efeito colateral.

Leis só são dignas desta denominação quando se caracterizam pela imparcialidade, impessoalidade e universalidade.

Se essas condições não são preenchidas, elas nada mais são do que privilégios legalmente acobertados.

Nessa perspectiva, é extremamente bem vinda a decisão do Supremo Tribunal Federal ao julgar os embargos declaratórios do julgamento da Raposa Serra do Sol (RR). A questão em discussão era a da validade, ou não, das condicionantes daquele julgamento, de caráter abstrato e universal, para outros casos.

A expressiva maioria dos ministros optou pela resposta afirmativa. O ministro Barroso assinalou que elas tratam dos fundamentos da decisão tomada no caso Raposa Serra do Sol. Fundamentos que criam, portanto, uma base jurisprudencial para qualquer outro julgamento atinente à mesma questão.

A decisão da mais Alta Corte é uma decorrência da Constituição. Desrespeitá-la significa, por sua vez, violar a lei maior do país.

Havia expectativa entre os ditos movimentos sociais e ONGs, assim como do Ministério Público Federal e da Funai, de que essas normas não seriam validadas. Nutriam a esperança de que algumas dessas condicionantes, como a que veda a ampliação das terras indígenas já demarcadas e a que torna obrigatória a consulta aos entes federados (municípios e estados) quando de demarcações, seriam substancialmente mudadas. A expectativa se frustrou. Para o bem da nação, aliás.

Outra expectativa residia na suposta validade particular dessas normas, como se valessem somente para o caso da Raposa Serra do Sol (RR). Trata-se, convenhamos, de esperança infundada, dada a clareza da posição do agora falecido ministro Menezes de Direito, ao assinalar que, doravante, esses seriam os parâmetros.

Nesse sentido, a expressiva maioria dos ministros foi clara. Tais normas deveriam servir de "orientação" para instâncias inferiores do Judiciário e, por consequência, para os órgãos estatais envolvidos. O ministro Teori Zavascki foi cristalino ao discorrer sobre o "efeito universal" destas diretrizes.



A conclusão foi a mesma da AGU, ao declarar que seguiria essas diretrizes, reeditando a portaria nº 303, que deverá regulamentar a decisão do Supremo.

Assim, o governo dá mostras de querer interromper a insegurança jurídica, fazendo prevalecer o domínio das leis e não o arbítrio dos interesses de grupos específicos.

Uma última questão diz respeito ao fato de que a decisão do Supremo não cria "vínculos formais" para outros casos.

Uma coisa é a jurisprudência estabelecida, que passará a nortear casos semelhantes, outra, a vinculação formal. O problema reside no modo de aplicação das normas e não em sua própria aplicação.

O "efeito vinculante" é uma característica das decisões proferidas pelo Supremo com aplicação automática a todos os casos sobre o mesmo tema, como ocorre com Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Ações Declaratórias de Constitucionalidade.

Tal efeito impõe uma obrigatoriedade reforçada aos julgados do STF enquanto Corte Constitucional, permitindo que os cidadãos, diante do descumprimento de uma decisão --seja pelo Judiciário ou pelo Executivo-- recorram diretamente ao próprio STF, por meio de um processo específico: a reclamação constitucional.

Ao afirmar que as condicionantes no caso Raposa Serra do Sol não têm efeito vinculante, o STF simplesmente assentou que seus descumprimentos não poderão ser questionados por via da reclamação constitucional, trazendo a discussão de pronto à apreciação da Corte.

Logo, a decisão do Supremo tem efeito "erga omnes", sendo obrigatoriamente válida para casos semelhantes. Todos devem respeito à Constituição e às normas que dela derivam, explicitadas por nossa mais alta Corte.

KÁTIA ABREU, 51, senadora (PMDB/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

Alunos ribeirinhos exercem cidadania através de canoagem

SÍTIO PREFEITURA DE BELÉM, 27.10.2013



Uma lição de cidadania. Assim pode ser descrita a atuação dos alunos ribeirinhos das unidades pedagógicas Maria Clemildes e Mari-Mari, das comunidades Caruarú e Castanha do Mari-Mari, respectivamente, que participaram da “V Canoagem pela Paz”, no rio Pratiçara, em Mosqueiro.

A canoagem, realizada pela Secretaria Municipal de Educação através da coordenadoria de Educação nas Ilhas, ocorreu na manhã desta quinta-feira, 27, e reuniu aproximadamente 100 pessoas das comunidades. A canoagem é a conclusão dos trabalhos desenvolvidos ao longo do semestre em sala de aula, que trouxe como tema para a edição de 2013 “Preservando o meio ambiente e combatendo a pirataria nos rios”. De acordo com a diretora da UP Mari-Mari, Márcia Teixeira, o evento serve também para combater a poluição nos rios, o desmatamento e difundir a preservação do meio ambiente.

“Temos que ter a conscientização e passar aos nossos alunos que devemos manter a natureza limpa pra que nunca nos falte nada”, afirmou a diretora. A programação iniciou com a canoagem até a UP Maria Clemildes. Na UP os alunos fizeram ainda uma apresentação cultural expondo a cultura local através de danças. Houve também vendas de comidas típicas e um bingo que fizeram parte dos festejos juninos da comunidade.

Na comunidade era visível a alegria das crianças com a atividade, o que também se tornou uma boa opção de lazer, segundo as mães que estavam presentes. “Uma atividade como essa é importante porque muda a rotina na nossa comunidade. É um aprendizado e um evento que

CONT.



já faz parte da nossa cultura”, relatou a mãe de aluno e moradora da ilha, Isaura Ferreira. Para a coordenadora das ilhas, Iraneide Holanda, o evento que já faz parte das atividades da ilha é uma forma de confraternização da escola agregando também as famílias dos alunos.

“É um encantamento muito grande poder trabalhar com alunos ribeirinhos e melhor ainda poder proporcionar uma atividade extra sala como essa. Temos que lutar pelos nossos rios e pela preservação do mangue”, pontuou.

Instrutores do Ecomuseu também estavam presentes na programação e apresentaram uma palestra sobre a importância dos patrimônios, material e imaterial, presentes no cotidiano da vida dos ribeirinhos, como as casas que constroem, os materiais que utilizam para as pescas, entre outros. Os moradores puderam ouvir também um estudo feito pela equipe do Eco museu que realizou um estudo sobre as canoas produzidas na comunidade, como suas formas e pintura. Texto: Aline Saavedra – Ascom Semec Fotos: Aline Saavedra – Ascom Semec Edição: Lene Tavares – NID Comus

Quilombolas vão à Justiça para não pagar ITR

SÍTIO BLOG DO JESO, 27.10.2013



A ACORQAT (Associação de Comunidades Quilombolas da Região do Trombetas), de Oriximiná, ingressou com uma ação na Justiça Federal do Distrito Federal contra a Fazenda Nacional.

A entidade, que representa cerca de 400 famílias, quer anular uma dívida de R\$ 5 milhões referente ao ITR (Imposto Territorial Rural). quilombola de Oriximiná

A ação foi ajuizada na quinta-feira (24).

A ACORQAT alega que a dívida é impagável e “ela chega quase 15 anos da concessão dos títulos do Incra e Iterpa”, segundo Rogério Pereira e Rosivaldo Batista, diretores da associação, surpreendida em 2010 com a cobrança milionária de débitos do ITR, através de duas ações de execução fiscal contra as comunidades quilombolas.

“O ITR é um imposto federal que tem como objetivo combater a existência de latifúndios improdutivos, através de uma carga tributária progressiva. No entanto, a Receita Federal dá às comunidades remanescentes de quilombos, que são hipossuficientes em razão de um conjunto de fatores históricos, o mesmo tratamento dispensado aos proprietários de grandes extensões de terras”, explica a defesa da ACORQAT, feita pelos advogados Dilton e Ib Tapajós.

Os dois lembram que no ano passado o juiz federal Flávio Marcelo Servio Borges, da 17ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF, julgou procedente um pedido idêntico, formulado por uma associação quilombola do município de Abaetetuba (PA) contra a União, determinando a suspensão da cobrança de ITR.



Índios invadem outra fazenda e agredem crianças

SÍTIO HOJE MAIS, 27.10.2013

O prejuízo estimado na fazenda de Itamar é de R\$ 50 mil

O clima continua tenso em Japorã. Mais uma propriedade foi invadida por indígenas na manhã deste domingo (27). O proprietário da Fazenda São José, Itamar Varago, informou ao Correio do Estado que um grupo de 30 índios chegou por volta das 9h30min e o expulsou do local. Além dele, estavam o irmão, um funcionário e dois menores, de 11 e 15 anos, que segundo Itamar foram agredidos com golpe de facão nas costas pelos indígenas.

"Eles estão armados com espingarda. Já atearam fogo na sede. Eles nos cercaram, falando que iam nos matar, mas conseguimos entrar na caminhonete e fugir", lamenta Itamar, informando que possui cerca de 600 cabeças de gado no local.

Com a invasão desta manhã, já são 18 propriedades ocupadas na região. "Eles [indígenas] já estão em todas as fazendas aqui da região, só estava faltando a minha", disse o proprietário da São José.

Segundo Itamar, os índios estão ameaçando cortar as cercas das fazendas e deixar o gado sair para a estrada, se nenhum acordo for feito até amanhã (28). Conforme ele, as propriedades juntas somam aproximadamente 5 mil cabeças.

O prejuízo estimado na fazenda de Itamar é de R\$ 50 mil. "Não consegui pegar nada. Todas as minhas coisas foram queimadas. Perdi tudo", desabafa o produtor.

A onda de invasões começou na sexta-feira, quando foram invadidas doze áreas. No Estado inteiro, segundo a Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), seriam 85 propriedades ocupadas.

Ação Inédita

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação na semana passada, requerendo o bloqueio de R\$ 3,2 milhões da União para indenizar uma empresa da região de Japorã que hoje ocupa 9.494 hectares de área reconhecida como terra indígena.



Funai apura ocupação indígena em fazendas de Japorã, MS

SÍTIO G1/MS, 27.10.2013

Coordenador diz que há informação de invasões neste fim de semana. Produtor disse ao G1 que está ilhado na sede de propriedade.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) enviou equipes até uma área em Japorã, a 477 km de Campo Grande, após receber informações de ocupação em duas propriedades durante a noite de sábado (26), segundo informou ao G1 o coordenador regional do órgão no local, Sílvio Raimundo da Silva. Segundo ele, há diversas fazendas ocupadas na região.

O produtor rural Pedro Fernandes, 60 anos, disse ao G1 que os indígenas entraram em sua propriedade na segunda-feira (21), durante a semana acabaram saindo e retornaram no sábado, deixando ele e funcionários ilhados na sede. "Ninguém entra ou sai", relata.

Silva confirma que a fazenda de Fernandes foi ocupada na segunda, mas disse que não tinha informações da retirada dos guarany-kaiwá e sobre a nova ocupação. As equipes que estão a caminho da região, segundo ele, deverão apurar a situação.

De acordo com o produtor rural, a propriedade dele tem 2,5 mil cabeças de gado distribuídos em 1,9 mil hectares. Fernandes diz que não se importa em ceder as terras para os indígenas, desde que seja ressarcido por isso. "Aceitamos abrir mão, desde que paguem por elas. Não queremos confronto", conclui.

Conforme Silva, a fazenda de Fernandes e várias outras na região fazem parte de uma área que os índios chamam de Yby Katu e reivindicam.



Direitos são garantidos para povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol
SÍTIO CEDEFES, 28.10.2013

Comunidades mobilizadas de Roraima consideram positivo saldo de julgamento do STF sobre embargos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Mais de mil pessoas de diversos povos de Roraima se reuniram na comunidade do Barro, região do Surumu, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, nesta quarta-feira (23), para reafirmar a relevância do cumprimento dos direitos indígenas, enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) se reunia para julgar os embargos de declaração relativos à decisão do mesmo tribunal que, em 2009, garantiu a homologação em área contínua da reserva.

Lideranças e participantes do ato público comemoraram a posição da Corte no que se refere à manutenção da integridade do território indígena, conquistado ao longo de décadas de luta, e à limitação das 19 condicionantes – incluídas na sentença de 2009 e contestadas por comunidades indígenas e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao caso específico da Raposa Serra do Sol. Ao menos do ponto de vista jurídico, tal desvinculação afasta a aplicação de medidas consideradas restritivas à garantia de direitos de povos de outras áreas. A extensão das 19 condicionantes a outros casos de demarcação foi prevista na Portaria 303/2012, da Advocacia-Geral da União (AGU), que insiste em sinalizar com o instrumento (ora suspenso), mesmo diante do revés sacramentado pelos membros da Corte maior do país.

“O saldo é positivo. Além de descartar a vinculação do caso específico da Raposa Serra do Sol para outras demarcações, o julgamento no STF acabou esclarecendo algumas questões importantes”, comentou a advogada Joenia Batista de Carvalho, da etnia Wapichana, que atua no departamento jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR). “Para o contexto atual em que setores antiindígenas têm exibido a força de seus interesses, especialmente no Congresso Nacional, o julgamento foi um passo importante na linha da defesa de direitos indígenas”. Saiba mais sobre a que é considerada a maior ofensiva contra indígenas em 25 anos.

Entre os pontos reforçados no decorrer do julgamento da Petição 3388, Joenia destaca a referência feita pelo ministro relator Luís Roberto Barroso, que teve o voto majoritariamente acatado pelos pares no STF, no sentido de que – a despeito da revalidação do conjunto de condicionantes que referendam o “princípio de soberania nacional” (especialmente nas áreas de defesa nacional, energia e meio ambiente) acima da posição das comunidades – não se deve “fugir” da consulta aos povos indígenas prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Foto: Maurício Hashizume

Grupo no dia do julgamento. Foto: Maurício Hashizume

Além disso, emenda a advogada do CIR à Repórter Brasil, o julgamento do STF realçou a prerrogativa do Poder Executivo quanto às demarcações de Terras Indígenas (TIs), inclusive



abrindo a possibilidade de que a União promova ampliações por outros meios, como desapropriações. Para o relator, apenas o procedimento peculiar de demarcação de terras decorrente de elaboração de laudos antropológicos não deve ser refeito, com vistas a evitar “perene instabilidade jurídica”.

Joenia e outros integrantes do CIR que acompanharam o julgamento em Brasília (DF) seguiram diretamente para a comunidade do Barro para transmitir o relato da decisão no STF e prestar esclarecimentos à multidão reunida há pelo menos dois dias no principal ponto de acesso à Raposa Serra do Sol, mesmo local em que a demarcação em área contínua foi comemorada.

Manifestações

A reportagem acompanhou a manifestação no Surumu, nesta quarta-feira (23), que reuniu um grande número de lideranças (conhecidos como “tuxauas”) da região, assim como amplos coletivos de jovens estudantes indígenas. O professor local macuxi Evaldo Silva Alves empunhou o microfone para denunciar os seguidos ciclos econômicos que impulsionaram invasões ao território indígena – do início da colonização às “fazendas reais” que introduziram a pecuária extensiva nos idos de 1850, do espalhamento das atividades do garimpo (1940) à intensificação do agronegócio dos largos monocultivos de arroz (1990). “Todos com muita violência, dominação e aculturação, de modo predatório aos modos de vida indígenas.”

Daí que, segundo ele, é preciso resistir contra as ofensivas correntes que visam enfraquecer os direitos indígenas, que incluem não apenas as 19 condicionantes – rechaçadas pelos movimentos –, mas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a prerrogativa das demarcações ao Congresso Nacional; e a Proposta de Lei Complementar (PLP) 227, que busca viabilizar explorações econômicas dentro de terras indígenas.

Ao longo do dia até à noite, foram feitos discursos e realizadas apresentações culturais que sublinharam a história de luta das comunidades locais, a importância de mais uma “batalha vencida” com alguns dos posicionamentos principais após o julgamento do STF e, sobretudo, a necessidade de manter a “chama acesa” das mobilizações contra as ameaças que seguem preocupando os povos indígenas não apenas de Roraima, mas de todo o Brasil.

Foto: Maurício Hashizume

Reunião do Conselho Local de Saúde da Região das Serras. Foto: Maurício Hashizume

O repúdio às mesmas iniciativas também se repetiu em debate realizado na última terça-feira (22), durante a Reunião do Conselho Local de Saúde da Região das Serras, também acompanhado pela Repórter Brasil. Mais de uma centena de conselheiras e conselheiros questionaram, entre outros itens, as razões pelas quais o Estado brasileiro teria ratificado a Convenção 169 da OIT, uma vez que não parece estar disposto a promover, de fato, consultas livres e informadas acerca de empreendimentos que afetam os povos indígenas.

Quanto à gestão das áreas de conservação, por exemplo, defenderam a atuação das próprias comunidades em detrimento da intervenção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conforme propugna parte das condicionantes aceitas pelo STF.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Coordenadora de mulheres do Maturuca e integrante do conselho local, Elenia Maria de Souza cobrou a aprovação do Estatuto do Índio que, diferentemente das propostas que desagradam os povos e tramitam pelos Paramentos, está parado. "Muitas questões importantes para o nosso movimento indígena estão lá".

Os participantes condenaram ainda a tentativa de campanhas antiindígenas de associar a Raposa Serra do Sol à miséria e à fome. O suposto quadro de extrema vulnerabilidade e carência social – propagado por determinados veículos da imprensa regional e nacional, e inclusive repetido pelos ministros Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes no decorrer do referido julgamento – contrasta com a ampla e variada produção atestada pelos indígenas. Tal caracterização tem por finalidade, segundo as conselheiras e conselheiros locais reunidos no Centro Maturuca, depreciar a imagem indígena e "justificar" perversos preconceitos.

"O homem branco faz tantas leis que ninguém entende mais qual é a que ampara as pessoas. Fazem leis que deixam de servir de uma hora para outra. E criam outras novas. Ninguém sabe qual é", avalia o "tuxaua" macuxi Orlando Pereira, que também já foi pajé na comunidade Uiramutã. "A nossa lei é a da vida de cada dia. Precisamos de terra e de meios para garantir plenamente as nossas vidas. Vamos respeitar os povos indígenas. Não aceitamos humilhação".

Fonte: Por Maurício Hashizume

Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar
SÍTIO REGIÃO NEWS, 28.10.2013

A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos



Polícia Federal na Fazenda Chaparral, tentando acabar com invasão

Os índios da etnia Guarani-Kaiowá invadiram uma nova fazenda em Japorã, a 487 quilômetros de Campo Grande. E nem mesmo com mandado judicial em mãos da Polícia Federal, segundo o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parisi, os indígenas não aceitam qualquer movimentação. Na tarde de domingo (27), eles voltam ao local para uma nova negociação.

"Eles já estão na Fazenda São José, São Jorge, onde cercaram a casa desde sábado a noite, além da Fazenda Remanso e a Chaparral neste domingo (27). São mais de 350 índios e

apenas em uma delas o dono resiste no local. Para a tarde domingo estava programada uma nova negociação, inclusive com a presença da Polícia Federal", explica o presidente Parisi. Na última propriedade rural, o gado ficou preso no piquete e parte dos animais foi retirado pelos fundos da fazenda. "Eles estão agindo de maneira muito violenta, com posse de armas e agressões verbais aos donos e seus funcionários. Uma das proprietárias foi achada escondida no mato após a fuga e crianças de seis e sete anos foram agredidas", explica o presidente.

Indígenas – Os indígenas da etnia Guarani-Kaiowa reivindicam há 10 anos a demarcação da área de 9,460 mil hectares, que fica próxima ao Rio Iguatemi, em Japorã. A Aldeia Porto Lindo, que fica ao lado da região das fazendas, possui cerca de cinco mil indígenas.

A invasão das propriedades começou há bastante tempo e até já houve conflito entre produtores e indígenas há 10 anos. Ontem, a Polícia Federal de Naviraí foi até as propriedades para evitar que qualquer tipo de violência. Os agentes irão permanecer na região por cerca de 10 dias.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Acrissul discutirá sobre invasões indígenas

SÍTIO MIDIA MS, 28.10.2013

Audiência será no dia 31 de outubro

No próximo dia 31 de outubro, o presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, participa de uma audiência pública no Senado Federal, em Brasília, para debater o impacto na agropecuária das invasões indígenas de terras por todo o País.

Em Mato Grosso do Sul são quase 70 áreas invadidas até agora.

A audiência acontece na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a partir das 7h45, sob a presidência do senador Benedito de Lira.

Para o presidente da Acrissul, apesar do recentemente julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que pôs fim ao caso Raposo Serra do Sol, em Roraima, muitos problemas envolvendo conflitos por terras, entre índios e fazendeiros, ainda persistem em Mato Grosso do Sul. "E o pior é que envolve grandes extensões de terras legalmente tituladas pelos proprietários e em áreas estratégicas para a produção de carne e grãos do Estado, como é o caso da região Sul", exemplifica.

Na região Sul também estão os conflitos mais acirrados. A entidade, que participou ativamente de todas as movimentações em torno da discussão e busca por soluções para a crise fundiária envolvendo índios e fazendeiros, promete cobrar duramente das autoridades e forças de segurança a imediata retirada de indígenas de áreas ocupadas ilegalmente.

Para o ruralista, apesar de a decisão do STF não ter criado "súmula vinculante", o que valeria para outros processos por todo o País, o entendimento da Suprema Corte cria uma repercussão positiva no universo jurídico, uma vez que a tendência dos outros tribunais agora é de decidir na mesma linha jurisprudencial definida pelo STF. "De qualquer forma isso joga uma pá de cal na farra demarcatória da Funai", avalia Chico Maia.

A audiência pública foi convocada em virtude de requerimento feitos pelos senadores Ruben Figueiró (MS) e Ana Amélia (RS).



Terras indígenas da Amazônia são alvos de pesquisas sobre terras raras

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 28.10.2013

Minério considerado estratégico pelo governo brasileiro pelo seu potencial na produção de equipamentos de alta tecnologia como computadores e celulares, os Elementos Terras Raras (ETR) têm duas reservas em terras indígenas demarcadas da Amazônia brasileira.

Uma fica no Morro Seis Lagos, na Terra Indígena Balaio, no Amazonas, e a outra na Serra do Repartimento, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

Segundo reportagem publicada no site amazoniareal.com.br, na Serra do Repartimento, na área yanomami, há forte pressão de invasão das terras por fazendeiros e garimpeiros, que exploram ilegalmente ouro há mais de 30 anos.

Dados do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral) indicam que existem mais de 40 milhões de toneladas de terras raras na região de Seis Lagos. Na área há também reservas de nióbio e manganês.

As terras raras, como são mais conhecidas, formam um grupo de 17 elementos químicos compostos por escândio, ítrio e lantanídeos que podem ser utilizados na produção de computadores, smartphones, ímãs, automóveis híbridos, ligas de aço, reatores nucleares, entre outros.

A Constituição de 1988 permite a mineração em terra indígena apenas se houver uma regulamentação específica para o tema. Atualmente, tramita em regime de urgência no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1610/96, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB), que pretende regulamentar a mineração em terra indígena. Os indígenas já se declararam contrários à exploração mineral em suas terras.

A outra reserva mineral de terras raras fica na região de Pitinga, na área metropolitana de Manaus (AM). Segundo o DNPM, a reserva, que é particular, tem potencial de produção de 2 milhões de toneladas do elemento xenotima, é de propriedade da Mineração Taboca.

Segundo o superintendente do DNPM no Amazonas, Fernando Burgos, com as reservas existentes na Amazônia o Brasil é um dos donos das maiores reservas de terras raras do planeta, porém inexploradas.

"O mercado atual é inteiramente dominado pela China, responsável por 95% da produção e dona de 36% das reservas conhecidas. O valor do mercado mundial dos óxidos de Terras Raras é da ordem de US\$ 5 bilhões anuais", disse Burgos ao portal Amazônia Real.

Pesquisadores da CPRM (sigla para Serviço Geológico do Brasil) devem entregar no final deste ano um levantamento completo dos estudos feitos nas áreas de Seis Lagos e Serra do

CONT.



Repartimento. Conforme Lucy Takehara, uma das coordenadoras do levantamento, os estudo é de reanálise de amostras e descrição de testemunhos de sondagem.

"No momento estamos reanalisando as alíquotas existentes, porque não temos acesso às áreas, pois são terras indígenas", disse Lucy, em entrevista ao portal Amazônia Real. Segundo Lucy, Seis Lagos é uma "província mineral", ou seja, está entre as principais produtoras de bens minerais do país.

Minério estratégico

O levantamento do potencial de terras raras na Amazônia faz parte do programa do governo brasileiro que vai levantar todo o potencial mineral do país. Só para o estudo de terras raras o governo liberou R\$ 18,5 milhões. O relatório final das terras raras deve ser entregue no início de 2015.

O governo também incluiu as terras raras como minério estratégico do Plano Nacional de Mineração 2030, que integra o Programa de Aceleração de Crescimento 2 (PAC 2).

Em declaração dada à edição de setembro da revista "Em Discussão", publicada pelo Senado Federal, o geólogo da CPRM Francisco Valdir Silveira citou a complexa logística para levantar dados nas áreas indígenas.

Ele afirmou que órgãos como Funai (Fundação Nacional do Índio) e (Ibama) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis precisam estar envolvidos. No caso da Serra do Repartimento, onde há área indígena, ele alertou para que o entorno não seja transformado em reserva porque a área "tem potencial".

"Em Seis Lagos há um problema específico: a área se transformou em reserva biológica e indígena. Por isso, não temos mais acesso a ela. Todos os trabalhos estão sendo feitos com o acervo que a gente tem guardado. Em Repartimento, não estamos trabalhando exatamente na área, que tem reservas indígenas, mas no entorno. Tomara que não passe a ser reserva, porque a área tem potencial", disse Silveira, que também atua no grupo da CPRM.

João Catalano, chefe da Frente Etnoambiental Yanomami e Yekuana da Funai de Roraima, confirma a informação da existência de terras raras em Serra do Repartimento, mas diz que o órgão nunca foi procurado pelos pesquisadores da CPRM. Ele diz que será um "retrocesso" a ação de mineração na TY Yanomami.

Pitinga

O geólogo Romualdo Paes de Andrade, especialista em recursos minerais e sumarista de relatórios de terras raras do DNPM, disse ao Amazônia Real que Pitinga está desenvolvendo um estudo sobre a existência de xenotima. Este minério integra o grupo de terras raras consideradas "pesadas".

Levantamento da CPRM confirmou a presença de xenotima no Pitinga com geração de patente
CONT.



do processo. Este pedido teria sido encaminhado ao DNPM, mas segundo Burgos, não há informações de registro de parente por parte da empresa Mineração Taboca (responsável por Pitinga). Apenas pesquisas.

As ETR são 17 elementos químicos agrupados em uma família na tabela periódica porque ocorrem juntos na natureza e são quimicamente muito parecidos. São denominados terras devido ao seu aspecto terroso. Apesar do nome, os elementos são considerados abundantes na crosta terrestre, segundo Lucy Chemale.

Produção antiga

Segundo o levantamento de Lucy Takehara e Francisco Valdir Silveira, no final do século 19 o Brasil já exportava elementos de terras raras com exploração das areias monazíticas das praias de Cumuruxatiba-Bahia, para atender a demanda de mantas incandescentes de lâmpões a gás.

A partir de 1915 o país dividiu com a Índia a liderança da produção até a década de 50. A produção brasileira de concentrados de terras raras foi encerrada em 1995 e atualmente não há usina de produção em operação no território nacional.

Outros países, como Estados Unidos e, principalmente a China passaram a deter a hegemonia das terras raras.

Fonte: Amazônia Real



Indígenas, quilombolas e organizações denunciam violações aos direitos humanos em Nova York, Estados Unidos

SÍTIO DOURADOS NEWS, 28.10.2013

Vítimas de violações de direitos, que representam os indígenas Guarani Kaiowá e o Quilombo Brejo dos Crioulos, apoiadas por organizações de direitos humanos, participarão de audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Nova York (EUA), nesta terça-feira, 29, às 9 horas, sobre a situação dos defensores de direitos humanos no Brasil. audiência poderá ser acompanhada ao vivo pelo site da Organização dos Estados Americanos (OAS).

Genito Gomes, liderança Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul e José Carlos Oliveira Neto, presidente da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, darão depoimentos sobre as ameaças e intimidações de que são vítimas devido a luta em defesa do direito ao território. Estes dois casos representam a situação histórica de violações aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. As organizações apoiadoras presentes são: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fian (Nacional e Internacional) e Justiça Global.

A liderança Guarani Kaiowá, Genito Gomes, da comunidade de Guayviry, situada no município de Aral Moreira (MS), que fica na fronteira com o Paraguai, também prestará depoimento. Nisio, seu pai, foi assassinado em 18 de novembro de 2011, quando a comunidade foi atacada por um grupo armado, envolvendo produtores rurais, advogados, organização sindical, políticos locais e empresa de segurança privada. Sobre este fato, está em trâmite Ação Penal na Justiça Federal de Ponta Porã, porém sem punição aos responsáveis apontados por inquérito do Ministério Público Federal (MPF).

A comunidade de Guayviry, além de não ter acesso ao território, condição básica para realização do direito humano à alimentação adequada, não tem acesso à água potável, pois a água do rio que abastece a comunidade está contaminada por agrotóxicos das plantações. A comunidade não tem acesso à educação, pois sem o território regularizado o município alega não ter o dever de prestar atendimento educacional. De igual forma, o atendimento à saúde com qualidade não é provido, e os indígenas vivem a mercê de "pistoleiros" contratados, visto que a localização geográfica é local oportuno para o trabalho de pistolagem (fronteira com Paraguai).

Quilombolas

José Carlos de Oliveira Neto há 14 anos luta junto com a comunidade pela garantia do direito ao território, e desde então vem sofrendo ameaças e intimidações por parte de milícias a mando de fazendeiros. O quilombo de Brejo dos Crioulos, localizado no norte do Estado de Minas Gerais, é composto por cerca de 503 famílias que reivindicam o território que lhes foi sendo expropriado. As famílias quilombolas vivem em pequenas áreas que não garantem os direitos básicos das famílias, em especial à alimentação adequada.

"A audiência nos permitirá informar a Comissão o conflito agrário Brasil, em especial aos que se referem aos povos e comunidades tradicionais, homologação de territórios. (As ameaças)



estão se intensificando devido a demora nos processos de titulação dos territórios. Este fato gera um choque entre o modelo de desenvolvimento econômico, baseado na expansão de monocultivos, que grila terras e a resistência dos povos e as comunidades tradicionais que estão mobilizados na defesa de seu direito ao território”, afirmam as organizações que participarão na audiência.

As mesmas organizações ressaltam: "Devido a luta para garantir o acesso aos seus territórios ancestrais, estes povos tradicionais vem sofrendo uma série de ameaças e violências que tentam ser reparadas pelo Estado através de seus programas de proteção de defensores de direitos humanos. Os programas atuam nos casos de Genito e José, respectivamente aqueles organizados em nível federal e estadual, porém não tem sido capazes de dar a resposta necessária. Além do sucateamento que vem sofrendo nos últimos anos, os programas de proteção tem apresentado uma dificuldade em tratar o problema de fundo, sem o qual o risco não cessará. Problemas com seu lado mais operacional, como disponibilização de escolta, também tem sido constantemente relatados."



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Com unidades portáteis, dentistas não param no Amazonas

SÍTIO CLICA BRASÍLIA, 28.10.2013

O sorriso dos ribeirinhos, apesar da vida difícil que levam, é uma das coisas que mais emocionam os voluntários do Doutores das Águas no Amazonas. É também o que expõe uma das principais questões de saúde: a falta de higiene bucal e de acesso a dentistas. O projeto trabalha com dois consultórios portáteis de Odontologia, com cadeiras e equipamentos adaptados para o trabalho no campo.

Os dentistas trabalham sem parar, sempre. "O maior problema, sem dúvida, é o odontológico. Porque a bala e o salgadinho chegam, mas a escova de dente, não", diz o médico Francisco Leão. Além do atendimento, a equipe faz um trabalho educativo e preventivo, distribuindo kits de higiene bucal e ensinando os moradores a usar escovas e fio dental.

Outra dificuldade disseminada são as verminoses. "Nosso procedimento básico é "vermifugar" todo mundo, incluindo os gatos e cachorros", diz o presidente da ONG, Mauro Prado. Doenças dermatológicas, ginecológicas e nutricionais - principalmente entre as crianças - também são frequentes. "As necessidades médicas deles são muito básicas porque o que for mais grave o ambiente se encarrega de eliminar", observa Leão. "Assim, intervenções mínimas têm um impacto enorme na vida deles."

Herton Escobar

Fonte: Agencia Estado



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Vítimas da chuva em área quilombola de Petrópolis, RJ, ganham novo lar
SÍTIO G1 REGIÃO SERRANA, 28.10.2013

Previsão é de que até terça-feira (29) todas as famílias se mudem. Ao todo são 13 casas construídas na comunidade quilombola.

Intergrantes da comunidade quilombola, que tiveram as casas destruídas durante a tragédia de 2011, em Petrópolis, Região Serrana do Rio, começam a fazer a mudança para as novas casas nesta segunda-feira (28). Todo processo de construção, feito pelo município, foi acompanhado pelo Ministério Público Federal. Para ajudar na mudança, caminhões foram cedidos pela Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep).

A previsão é de que até terça-feira (29) todas as famílias já tenham se mudado para as 13 casas da comunidade quilombola. O líder da comunidade disse que pelos menos quatro famílias, que hoje moram em casas alugadas no Madame Machado, já vão para o novo endereço nesta manhã.



Boletim de Notícias - Edição nº 196 / 2013

Brasília, 28 de outubro de 2013.

Decreto reconhece e delimita comunidades quilombolas em Minas e Goiás

SÍTIO CEDEFES, 28.10.2013

Desde 1995, titulações beneficiaram 13 mil famílias em 207 locais]

Dois territórios foram reconhecidos hoje (25) como terras de comunidades quilombolas. O reconhecimento, publicado no Diário Oficial da União, com a delimitação precisa das áreas é uma das últimas etapas para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emita os títulos de posse para essas comunidades.

A medida vai beneficiar, em Minas Gerais, a comunidade quilombola de Marques, em Carlos Chagas, que passará a ocupar regularmente uma área de 250 hectares, onde vivem oito famílias. No estado de Goiás, os remanescentes quilombolas de Tomas Cardoso recebem área de 1,8 mil hectares entre os municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino.

O próximo passo para a titulação dos territórios como áreas quilombolas será a publicação de um decreto presidencial de interesse social para que o Incra possa desapropriar as áreas. No caso de Minas Gerais, há quatro fazendas na área reconhecida.

O processo de reconhecimento, que começou em 1995, é considerado por representantes do governo e de movimentos sociais uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Até o final do ano passado, mais de 139 títulos de terras quilombolas foram entregues a 207 comunidades, beneficiando quase 13 mil famílias de remanescentes de quilombos. Em números, as titulações feitas desde 1995 somam área de 995 mil hectares.

Representantes do Incra – que faz o reconhecimento, desapropriação e emissão desses títulos, calculam que os territórios quilombolas titulados ocupam pouco mais de 0,12% do território nacional. A estimativa é baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considera que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não ocupará sequer 1% da área do país.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra nos estados ou no Distrito Federal. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

O processo não tem prazo de conclusão, mas técnicos do instituto reconhecem que é um processo moroso e complexo. De acordo com estimativas do órgão, existem entre 2,5 mil e 3 mil comunidades quilombolas no país. Em balanço até junho do ano passado, técnicos apontaram os fatores que mais dificultam o processo. “A demora na execução das etapas está

CONT.



diretamente relacionada à reduzida estrutura operacional e disponibilidade orçamentária e financeira para atingir o universo de processos abertos”, destaca relatório de 2012.

Dois territórios foram reconhecidos hoje (25) como terras de comunidades quilombolas. O reconhecimento, publicado no Diário Oficial da União, com a delimitação precisa das áreas é uma das últimas etapas para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emita os títulos de posse para essas comunidades.

A medida vai beneficiar, em Minas Gerais, a comunidade quilombola de Marques, em Carlos Chagas, que passará a ocupar regularmente uma área de 250 hectares, onde vivem oito famílias. No estado de Goiás, os remanescentes quilombolas de Tomas Cardoso recebem área de 1,8 mil hectares entre os municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino.

O próximo passo para a titulação dos territórios como áreas quilombolas será a publicação de um decreto presidencial de interesse social para que o Incra possa desapropriar as áreas. No caso de Minas Gerais, há quatro fazendas na área reconhecida.

O processo de reconhecimento, que começou em 1995, é considerado por representantes do governo e de movimentos sociais uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Até o final do ano passado, mais de 139 títulos de terras quilombolas foram entregues a 207 comunidades, beneficiando quase 13 mil famílias de remanescentes de quilombos. Em números, as titulações feitas desde 1995 somam área de 995 mil hectares.

Representantes do Incra – que faz o reconhecimento, desapropriação e emissão desses títulos, calculam que os territórios quilombolas titulados ocupam pouco mais de 0,12% do território nacional. A estimativa é baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considera que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não ocupará sequer 1% da área do país.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra nos estados ou no Distrito Federal. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

O processo não tem prazo de conclusão, mas técnicos do instituto reconhecem que é um processo moroso e complexo. De acordo com estimativas do órgão, existem entre 2,5 mil e 3 mil comunidades quilombolas no país. Em balanço até junho do ano passado, técnicos apontaram os fatores que mais dificultam o processo. “A demora na execução das etapas está diretamente relacionada à reduzida estrutura operacional e disponibilidade orçamentária e financeira para atingir o universo de processos abertos”, destaca relatório de 2012.

Dois territórios foram reconhecidos hoje (25) como terras de comunidades quilombolas. O reconhecimento, publicado no Diário Oficial da União, com a delimitação precisa das áreas é

CONT.



uma das últimas etapas para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emita os títulos de posse para essas comunidades.

A medida vai beneficiar, em Minas Gerais, a comunidade quilombola de Marques, em Carlos Chagas, que passará a ocupar regularmente uma área de 250 hectares, onde vivem oito famílias. No estado de Goiás, os remanescentes quilombolas de Tomas Cardoso recebem área de 1,8 mil hectares entre os municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino.

O próximo passo para a titulação dos territórios como áreas quilombolas será a publicação de um decreto presidencial de interesse social para que o Incra possa desapropriar as áreas. No caso de Minas Gerais, há quatro fazendas na área reconhecida.

O processo de reconhecimento, que começou em 1995, é considerado por representantes do governo e de movimentos sociais uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Até o final do ano passado, mais de 139 títulos de terras quilombolas foram entregues a 207 comunidades, beneficiando quase 13 mil famílias de remanescentes de quilombos. Em números, as titulações feitas desde 1995 somam área de 995 mil hectares.

Representantes do Incra – que faz o reconhecimento, desapropriação e emissão desses títulos, calculam que os territórios quilombolas titulados ocupam pouco mais de 0,12% do território nacional. A estimativa é baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considera que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não ocupará sequer 1% da área do país.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra nos estados ou no Distrito Federal. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

O processo não tem prazo de conclusão, mas técnicos do instituto reconhecem que é um processo moroso e complexo. De acordo com estimativas do órgão, existem entre 2,5 mil e 3 mil comunidades quilombolas no país. Em balanço até junho do ano passado, técnicos apontaram os fatores que mais dificultam o processo. “A demora na execução das etapas está diretamente relacionada à reduzida estrutura operacional e disponibilidade orçamentária e financeira para atingir o universo de processos abertos”, destaca relatório de 2012.



A atualidade das Comunidades Tradicionais Costeiras do Ceará: breves notas
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 28.10.2013

por Cristiane Faustino* – Instituto Terramar

Para além da população da capital, Fortaleza, e dos conhecidos centros urbanizados de Aracati, Beberibe, Cascavel, Trairí, Itapipoca, Camocim, e outros, a costa do Ceará é habitada, também, por comunidades tradicionais, inclusive em diferentes territórios desses citados municípios, e dos próprios municípios costeiros que estão na Região Metropolitana de Fortaleza (São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel).

Estudiosas afirmam que nos 573 quilômetros da costa do Ceará habitam pelo menos 110 comunidades tradicionais. Essas comunidades compõem parte significativa das populações que na história do Ceará construíram assentamento nos territórios costeiros. Através do encontro entre povos indígenas, sertanejos imigrantes e negros refugiados, formaram comunidades pesqueiras, indígenas, camponesas e quilombolas. Grupos sociais que na luta política para garantir sua existência constroem também identidades, seja em torno de seus modos de trabalho e vida, ou em torno de suas condições étnicas e raciais.

Por aqui poderíamos citar rapidamente: Ponta Grossa, Cumbe, Pontal do Maceió, Assentamento Coqueirinho, Canto da Barra, Jardim, Volta, Prainha do Canto Verde, Povo Jenipapo-Kanindé, Povo Tapeba, Comunidades Quilombolas do Boqueirão, Cercadão, Porteiras e Serra do Juá, Comunidade de Capim Agú, Emboaca, Povo Tremembé de Itapipoca, Comunidade de Caetanos de Cima, Assentamento Maceió, Curral Velho, Espraiado, Tatajuba, Xavier e muitas outras.

Essas comunidades se diferenciam das culturas urbanas em vários aspectos, sendo um dos mais importantes a relação com os ecossistemas e a biodiversidade. Na interação direta com a terra, as águas, a fauna e a flora, presentes nos ambientes costeiros, constroem culturas: trabalho e relações econômicas, expressões artísticas, religiosidades, relações de gênero e geracionais, organização comunitária e o próprio cotidiano. A pesca artesanal e a agricultura camponesa, exercidas por homens e mulheres, estão entre as principais formas de trabalho que esses grupos elaboraram na construção de seus modos de vida. Se instituindo como sujeitos históricos essas populações constroem tradicionalidades.

Vale explicar que aqui, tradicionalidade, não é uma reverência ao passado, mas refere-se ao acúmulo da experiência dessas comunidades, sua importância e legitimidade no presente. Portanto, não significa atraso e nem paralisação da história. As comunidades tradicionais tem dinâmica histórica própria no tempo e espaço, e destacam por produzir baixo impacto ambiental. Por isso, é tão notório o fato de que, diferente dos centros urbanos, os territórios vividos por essas populações conseguem manter os ambientes naturais conservados.

A atualidade das comunidades tradicionais se reflete na sua existência real e legítima em si mesma. Seus acúmulos de conhecimento e habilidades em ocupar e usar os ambientes de

CONT.



modo não predatório são, sem dúvida, bens preciosos e urgentes para a humanidade, que tem na questão ambiental um de seus maiores desafios. Nas comunidades tradicionais costeiras, o uso, ocupação e conservação dos ecossistemas, por exemplo, é fundamental para suprimento de alimentos e água, para a proteção costeira e manutenção do valor estético, simbólico e histórico que marca a zona costeira.

O reconhecimento das comunidades tradicionais se confirma, também, nas conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988, e na institucionalização de políticas públicas direcionadas, tais como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e as políticas voltadas para povos indígenas e comunidades quilombolas. Em âmbito internacional há também importante arcabouço institucional que reconhece e legitima as populações e comunidades tradicionais, como, por exemplo, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais que, dentre outras, afirma para essas comunidades o direito de decidir sobre os territórios que constroem. Por outro lado, também é marca de nosso tempo a negação e/ou a baixa implementação dessas e de outras conquistas.

Entretanto, também refletem a atualidade, e legitimidade dessas populações, as lutas que realizam para continuarem existindo frente às pressões das políticas e projetos econômicos que pressionam esses modos de vida, prejudicam a qualidade dos ambientes, geram problemas sociais e expropriam os territórios tradicionais. A Campanha pela Regularização dos Territórios Pesqueiros realizada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, a luta indígena e quilombola por seus territórios ancestrais, comprovam a necessidade e vontade dessas populações de continuarem existindo.

Lutas que, tomando como referência as comunidades tradicionais costeiras no Ceará, nos ensinam pelo menos três ordens de questões:

- 1) não é porque parte da sociedade vive, por querer ou sem querer, em ambientes urbanizados e bairros precarizados, com quilômetros de automóveis estendidos pelas largas e estreitas ruas expelindo combustíveis queimados e nos impedindo de circular pela cidade, elevados níveis de violência urbana, segregação racial e outras desigualdades assustadoras, que todas as pessoas e grupos sociais querem, ou precisam querer isso para si. O que é, no mínimo, legítimo;
- 2) que querem construir sua própria história; que não gostariam de trocar seus modos e relações de trabalho por empregos controlados e precarizados que acolhem uns poucos e deixa a maioria de fora; que não desejam e nem acham que seja o melhor caminho destruir os ambientes naturais; e que têm direito e legitimidade de querer tudo isso. O que é, obviamente, justo;
- 3) que nós, os "outros", que tanto valorizamos e necessitamos também da natureza, precisamos compreender, e temos o direito, ou senão a obrigação, de reconhecer e legitimar essas demandas. E que o Estado tem o dever de zelar pelo exercício desses direitos coletivos. E isso é, no mínimo, democrático.

*Membro da Equipe do Terramar e atual Relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil.